

# ESTUDOS ARQUEOLÓGICOS DE OEIRAS

Volume 20 • 2013

CARLOS RIBEIRO (1813-1882)

GEÓLOGO E ARQUEÓLOGO

Homenagem da Câmara Municipal de Oeiras  
e da Academia das Ciências de Lisboa  
nos 200 anos do seu nascimento



ACADEMIA DAS CIÊNCIAS  
DE LISBOA

Editor Científico: João Luís Cardoso

CÂMARA MUNICIPAL DE OEIRAS

2013

**Estudos Arqueológicos de Oeiras** é uma revista de periodicidade anual, publicada em continuidade desde 1991, que privilegia, exceptuando números temáticos de abrangência nacional e internacional, a publicação de estudos de arqueologia da Estremadura em geral e do concelho de Oeiras em particular.

Possui um Conselho Assessor do Editor Científico, assim constituído:

- Dr. Luís Raposo (Museu Nacional de Arqueologia, Lisboa)
- Professor Doutor João Zilhão (Universidade de Barcelona e ICREA)
- Doutora Laure Salanova (CNRS, Paris)
- Professor Doutor Martín Almagro Gorbea (Universidade Complutense de Madrid)
- Professor Doutor Rui Morais (Universidade do Minho)

## **ESTUDOS ARQUEOLÓGICOS DE OEIRAS**

**Volume 20 • 2013**

**ISSN: 0872-6086**

EDITOR CIENTÍFICO - João Luís Cardoso  
DESENHO E FOTOGRAFIA - Autores ou fontes assinaladas  
PRODUÇÃO - Gabinete de Comunicação / CMO  
CORRESPONDÊNCIA - Centro de Estudos Arqueológicos do Concelho de Oeiras  
Fábrica da Pólvora de Barcarena  
Estrada das Fontainhas  
2745-615 BARCARENA

Os artigos publicados são da exclusiva responsabilidade dos Autores.

Aceita-se permuta  
*On prie l'échange*  
*Exchange wanted*  
*Tauschverkehr erwünscht*

ORIENTAÇÃO GRÁFICA E

REVISÃO DE PROVAS - João Luís Cardoso e Autores

PAGINAÇÃO, IMPRESSÃO E ACABAMENTO - Pentaedro, Lda. - Tel. 218444340

DEPÓSITO LEGAL N.º 97312/96

## O POVOAMENTO DA BEIRA INTERIOR DURANTE O BRONZE FINAL: EVIDÊNCIAS, INTERACÇÃO E SIMBOLISMOS

Raquel Vilaça<sup>1</sup>

### 1 – ENQUADRAMENTO GENÉRICO

No panorama da diversificada agenda da arqueologia portuguesa de 2012, a realização, em Oeiras, a 23 de Outubro, de um colóquio sobre “*Sistemas de povoamento do território português no decurso do Bronze Final*” revestiu-se de indiscutível importância. Para além da oportuna actualização e sistematização de dados e reflexões então apresentados, e que agora tomam letra de forma, merece também ser sublinhado que este volume é a primeira síntese de alcance nacional sobre o Bronze Final (finais do II – inícios do I milénio a.C.), o que lhe garante, à partida, lugar nos anais da história da arqueologia portuguesa.

É verdade que aqueles parâmetros cronológicos, em regra entendidos no Ocidente Peninsular como correspondendo ao Bronze Final, não são por todos comungados, uma vez que foram defendidas durante o colóquio propostas de largo espectro balizadas entre os séculos XVI-XV e o século VI a.C. para o Bronze Final. Este é, logo à partida, um primeiro dado a ter presente: não parece haver sintonia por parte dos investigadores portugueses sobre os parâmetros cronológicos do Bronze Final. Essa discrepância espelha não só diferentes opções metodológicas, mas decorre também, em boa parte, das distintas, por vezes muito distintas, realidades em termos regionais. Assim, é fundamental definirmos posições.

No presente texto<sup>2</sup> assume-se a expressão de “Bronze Final” em termos minimalistas e com sentido estritamente cronológico – séculos XIII/XII-IX/VIII a.C. –, o que não exclui a possibilidade de coexistência temporal em espaços diversos de comunidades com formas de organização económica, política, social, ritual e ideológica heterogéneas, ainda que assentes, todas elas, num lastro económico-social de natureza agro-pastoril. Esta é, independentemente de tudo o mais, a matriz estruturante das comunidades desse período. Assim como também não exclui, durante os séculos imediatamente seguintes, a existência de sociedades com formas de vida basicamente similares a par de outras de cariz mediterrâneo ou orientalizante, bem assim como a manifestação de fenómenos de resiliência que, na região da Beira Interior, parecem ter sido uma realidade embora sejam mal conhecidos. De todo o modo, em termos socioeconómicos, esse lapso de tempo aqui entendido como Bronze Final pode ser encarado, numa certa perspectiva, como uma primeira “globalização arcaica”, pautando-se as comunidades, genericamente, por notável abertura e interacção entre si (manipulação de artefactos similares e práticas culturais idênticas), à escala regional, mas também, como é o caso da região em análise, a uma macro-escala inter e trans-regional de longo alcance (VILAÇA, 2007 a; 2011-2012).

<sup>1</sup> Instituto de Arqueologia. Departamento de História, Arqueologia e Artes. Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra. CEAUCP/CAM. rvilaca@fl.uc.pt

<sup>2</sup> Agradeço ao Prof. João Luís Cardoso o convite que me endereçou para participar no colóquio supra referido, felicitando-o, bem como a toda a equipa organizadora do mesmo, pela iniciativa.

Não só, mas no essencial, esta ideia decorre do papel que se atribui aos metais (obtenção, produção, manipulação, uso, reciclagem e deposição) como veículos de intensificação de contactos culturais, a ponto de fazerem girar o mundo: “*Metal makes the world go round*” (PARE, 2000). A metáfora é apropriada e ajuda a entender o incontornável poder do metal nas suas múltiplas valências: ele é acumulável, perene, convertível e transportável.

Se estes aspectos foram certamente relevantes no passado, no presente, i.e., aos olhos dos investigadores, a visibilidade (e brilho) do metal no registo arqueológico condiciona e é sabido que deforma as leituras que fazemos, isto é, pode “ofuscar”, pois nem ele nem essa presumível globalização arcaica são bastantes para se aceder ao cerne das comunidades que constituem o nosso objecto de estudo enquanto arqueólogos. Vários outros bens, que se inserem na órbita do que se poderá designar por “arqueologia das imaterialidades” (madeira, tecidos, couros, peles, certas substâncias naturais, etc.), e que também vijavam, tenderão sempre a ser subvalorizados, mesmo que involuntariamente.

Deste modo, ambos, metal e globalização, são, tão só, uma das faces do Bronze Final, tendo sido, afinal, marginais a diversas comunidades e regiões. Por isso faz todo o sentido a linha orgânica que estruturou o colóquio que está na base deste volume, a qual nos obrigará a centrar a atenção à escala regional e, conseqüentemente também, em moldes comparativos, sejam de sinal positivo, sejam rastreando dissemelhanças.

Se a pertinência dos estudos regionais se viu plenamente confirmada pela pronta resposta de todos nós, autores deste livro<sup>3</sup>, já a forma de os concretizar comporta desafios. Desde logo como definir uma região? Tem sido, e é-o aqui também, o critério geográfico a determinar as diversas regiões propostas, embora outros critérios fossem igualmente plausíveis e discutíveis (v.g. de carácter cultural, étnico, etc.). A mim coube-me a Beira Interior que, sem deixar de ser uma região em termos geográficos, e particularmente valorizada pela emergência hodierna de uma ideia que procura explorar a identidade regional em termos de projectos de desenvolvimento e de ser voz reivindicativa de valores de descentralização, é também uma região com muitas geografias, muitas (sub)regiões.

O trabalho que finalizei em Setembro de 1994 e que constituiu a minha tese de doutoramento sobre o Bronze Final da Beira Interior (VILAÇA, 1995) explorou insuficientemente, mesmo com os dados então conhecidos, as dinâmicas e ritmos do povoamento projectado no território. Valorizei o que me pareceu na altura prioritário, como a caracterização dos sítios e materiais, com base em projectos, sobretudo de escavação (com quatro sítios de habitat à época todos inéditos), em parte continuados e, de resto, com muito trabalho ainda por fazer. Menor investimento foi prestado a programas de prospecção sistemática, o que não impediu, todavia, com os concretizados, a descoberta de diversos sítios (alguns dos quais também depois escavados) e, *a posteriori*, a de outros decorrentes de achados casuísticos de diversa natureza, com notável expressão nos últimos tempos para as estas normalmente designadas de guerreiro (VILAÇA, 2011 a).

Alguns dos problemas então percebidos mantêm-se, concretamente o de uma fundamentada identificação arqueográfica do que é o Bronze Médio/Tardio e, até certo ponto, o Ferro Inicial desta região central mais interior, o que condiciona, evidentemente, desejáveis leituras inscritas num *continuum* temporal embora ancoradas em referências cronológicas seguras. Para contornar essa limitação, e enquanto não é possível superá-la, o que a realização de escavações facilitaria, a aplicação do conceito de “Proto-história Antiga” para sítios de carácter habitacional cuja cronologia andarà pelo Bronze Final e I Idade do Ferro, mas com contornos indefinidos, pode ser um estratagem de alguma utilidade (VILAÇA, 2000 a; VILAÇA *et al.*, 2000). Em alternativa, o conceito de “Pré-história Final” poderia traduzir a mesma ideia.

As limitações decorrem sobretudo, num primeiro plano, do desconhecimento de habitats ocupados nos séculos XVI-XIV a.C., concretamente nas zonas central e sul da Beira Interior<sup>4</sup>. Depois, do conhecimento muito circuns-

<sup>3</sup> Aliás, como do numeroso público que participou no colóquio.

<sup>4</sup> Excepção para o Monte do Frade (Penamacor), onde é admissível ocupação episódica do sector II atribuível ao Bronze Médio, com base na dada de C14 ICEN-967: 3510 ± 50 BP (VILAÇA, 1995, p. 162).

critos dos que foram ocupados nos séculos VIII-V a.C., como a Cachouça (Idanha-a-Nova), cujos resultados só em parte estão publicados (VILAÇA, 2000 b; 2005; 2007 c; VILAÇA & BASÍLIO, 2000), ou como o Cabeço das Fráguas (Guarda) com importantes resultados obtidos nos últimos anos (SANTOS & SCHATTNER, 2010). Ambos ajudam a moldar a I Idade do Ferro na Beira Interior. Para já, todos os demais casos conhecidos da Idade do Ferro só serão (re)ocupados com o milénio já avançado (OSÓRIO, 2005; VILAÇA, 2005), ou a roçar os seus finais, como demonstraram, por exemplo, as escavações do castro do Cabeço da Argemela (Fundão) recentemente realizadas (MARQUES *et al.*, 2011-2012; VILAÇA *et al.*, 2011; FERNANDES, 2013). Num outro estudo de conjunto sobre o povoamento do I milénio a.C. da Beira Interior, Ricardo Silva refere que dos 59 povoados com ocupação do Bronze Final só 23 são reocupados no Ferro Pleno (SILVA, 2008).

Um outro domínio que permanece na obscuridade prende-se com o mundo da morte. Numa primeira abordagem, os lugares e os rituais conhecidos associados à morte são, no Bronze Final da Beira Interior, quase omissos. Ainda assim, com alguns dados sugestivos e sobretudo com a certeza de que essa vertente cultural não deverá ser lida à luz de paradigmas clássicos reduzindo-a a necrópoles, a sepulturas estruturadas, a corpos inumados e incinerados, ou a espaços discretos com deposições materiais (VILAÇA & CRUZ, 1999; Vilaça, no prelo a; no prelo b). A realidade parece ter sido muito mais complexa e subtil, sobretudo silenciosa; e no quadro da diversidade, deverá ter comportado também sepulturas em fossa, por ora desconhecidas, mas presentes no Norte, no Sul e na Meseta, sendo necessário revelá-las nesta região intermédia.

Neste texto não se pretende apresentar uma síntese exaustiva dos conhecimentos e problemas relativos ao povoamento do Bronze Final da Beira Interior. Selecionaram-se apenas alguns, que serão discutidos ou comentados, com profundidade também distinta.

## 2 - O INDELÉVEL PAPEL DA GEOGRAFIA E DOS RECURSOS MINERAIS METÁLICOS DA BEIRA INTERIOR

De acordo com a parte que me coube, a área que vou abordar comporta, genericamente, os distritos de Castelo Branco e da Guarda, ou seja toda a região interior compreendida entre o Douro e o Tejo.

Dizia antes que se trata de uma região com muitas geografias, significando isto que congrega assinaláveis contrastes em termos geomorfológicos (e outros), incluindo também expressivas mudanças das paisagens visuais, olfactivas ou sonoras de que tratou Jorge Gaspar (2001). Tais contrastes estruturam-se em função da linha de relevos da Cordilheira Central que aparta a região planáltica da Guarda/Sabugal, a norte, da Plataforma de Castelo Branco, a sul. Na primeira encontramos os confins mais ocidentais da Meseta, que a prolongam para ocidentais até à Cova da Beira; na segunda anunciam-se o Alentejo e a imensidão das terras “*extremeñas*”, que abrem caminho para o Mediterrâneo. Uma e outra, entre montes e vales, interligadas pela existência de diversas passagens naturais, de “corredores de circulação” (VILAÇA, 1991, p. 141; 1995; VILAÇA *et al.*, 1998) ancestralmente percorridos, que criaram “pontes” com as regiões circunvizinhas.

A aparente falta de unidade a todo o universo da Beira Interior é talvez suprida na exclusividade de ela própria constituir um espaço de interflúvio, de confluência, onde se aproximam as bacias dos dois grandes rios peninsulares: o Douro e o Tejo, cujos afluentes, respectivamente da margem esquerda, e da margem direita, quase se entrelaçam, facilitando, igualmente, contactos com mundos culturais diversos, não por acaso, pois ambos os rios atravessam a Península, trazendo a continentalidade profunda quase às portas do Atlântico ocidental. Neste sentido, é necessário não perder de vista trajectos mistos, marítimos, fluviais e terrestres (VILAÇA, 1995, p. 420; VILAÇA & ARRUDA, 2004, p. 36-40; ARRUDA & VILAÇA, 2006, p. 32).

Portanto, uma vasta região marcada por importantes contrastes e acidentes topográficos, entre a montanha e a planura, por vezes justapostos de forma radical, quando “emergem vultos rochosos, descarnados, como elementos

geométricos, rígidos, os montes-ilha” (GASPAR, 1997, p. 7). São os “*inselbergs*” presentes na região, verdadeiros monumentos naturais<sup>5</sup>, e por isso também arqueológicos *lactu sensu*, e alguns ocupados na época de que trata este texto.

Estes acidentes naturais terão cumprido, igual e conceptualmente, o papel de marcos de referência territorial, identitária e, pelo menos em certos casos, também sagrada para as comunidades, quer pela sua imponência, quer pela concentração de núcleos gigantescos de afloramentos nos seus cumes, quer porque, tocando os céus, aproximavam os homens dos deuses. Por outro lado, e não obstante os relevos existentes, os horizontes são rasgados e chegam longe permitindo grande alcance visual de controlo de várias dezenas de quilómetros.

No quadro da fachada atlântica ocidental, estas linhas de fundo, peculiares à Beira Interior, não podem ser subestimadas na compreensão das comunidades pretéritas.

Um outro factor relevante que moldou esta região assenta na sua riqueza ao nível dos recursos minerais metálicos. A riqueza em questão é quantitativa e qualitativa. Com efeito, são inúmeros, e de longa data, os investigadores que sublinham a pertinência desses recursos, nomeadamente de estanho, cuja presença se manifesta, por exemplo, nas aluviões do Alto Mondego, na bacia de Celorico da Beira, nos depósitos da ribeira de Gaia (Guarda), dos mais ricos do mundo (MUHLY, 1973, p. 253-254; MERIDETH, 1998, p. 47 e Fig. 8.1) e, de um modo geral, em todo o Alto e Médio Zêzere e afluentes.

Se é mais do que certo que o estanho foi estratégico e catalisador de contactos entre Ocidente e Oriente na época de que nos ocupamos, a ponto, por exemplo, de Marisa Ruiz-Gálvez ter há muito considerado que a sua produção foi o principal incentivo dos Cipriotas pelas Beiras (RUIZ-GÁLVEZ, 1993, p. 58), considero também que a sua valorização e, conseqüentemente, a da região, beneficiou ainda da invulgar associação, nesta área mais ocidental da Península Ibérica, do estanho a outros recursos minerais, como o ouro e ainda o cobre (VILAÇA, 1995, p. 71).

Este, por exemplo, presente na região de Almofala (Figueira de Castelo Rodrigo), no vale de Quarta Feira (Sabugal), ou na zona de Vila Velha de Ródão (RODRIGUES, 1961, p. 4; COFFYN, 1985, p. 187; MONTEAGUDO, 1977, p. 297, entre outros). Quanto ao ouro, era já célebre na Antiguidade pela sua presença nas aluviões do Tejo, Erges, Ponsul, Zêzere, etc., conforme tem sido recordado por diversos autores (entre outros, compilação em VILAÇA, 1995, p. 71; HENRIQUES *et al.*, 2011).

Como se sabe, são em geral escassos os indícios da exploração remota destes recursos (muito em particular os de aluvião), mas a existência de martelos de mineração e de percutores líticos, de diversos tipos, e de que se conhecem alguns exemplares, deixam poucas dúvidas quanto à exploração de minério.

Também é certo que uma das limitações que comporta o seu estudo prende-se com a ampla cronologia, pré-histórica e histórica, dos mesmos tipos. Por isso importa valorizar os casos em que os respectivos contextos fornecem pistas de relativa segurança. Sem ser aqui o lugar mais indicado para um estudo de grande pormenor, não quero deixar de referir os dois martelos da Moreirinha (Idanha-a-Nova) recolhidos à superfície num povoado ocupado em finais da Idade do Bronze, até agora inéditos (Fig. 1)<sup>6</sup>. Em quartzo, pesam, respectivamente, 0,460 Kg e 1,03 Kg.

O uso/transformação do minério em contexto habitacional encontra evidências nos povoados da Beira Interior. A co-redução de minérios de cobre e de estanho (cassiterite) ou de cobre metálico com cassiterite era prática

<sup>5</sup> Ou ainda “geo-monumentos”, pela sua singularidade e representatividade em termos estéticos, científicos e culturais, tal como os define o Decreto-lei 19/93, e os valorizaram, arqueologicamente, Bradley ou Tilley em diversos trabalhos.

<sup>6</sup> Encontra-se em preparação o estudo dos resultados globais das campanhas realizadas na Moreirinha em 1995 e 1996, do qual farão parte os dois martelos. Inéditos, ao que creio, permanecem também os martelos de mineração do Castelo Velho de Caratão (Mação), apresentados em 1988, no Simpósio realizado em Mação.



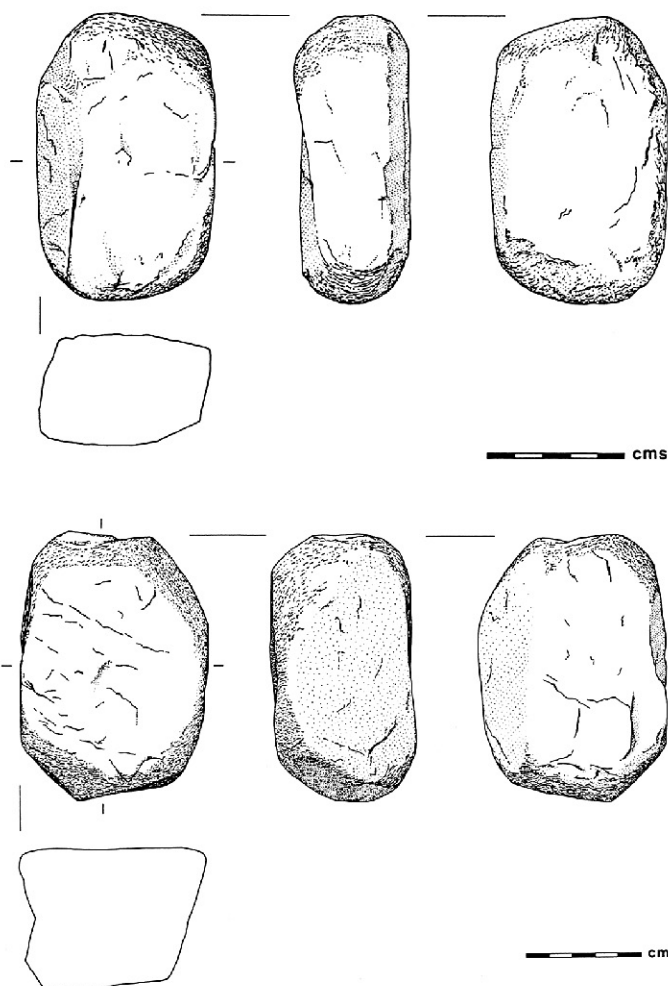


Fig. 1 - Martelos de trituração de minério da Moreirinha (Idanha-a-Nova).



Fig. 2 - Machado de uma das minas de Quarta Feira (Sabugal).

conhecida. Deve-se a Craig Merideth a identificação desta técnica no Castelejo (Sabugal), onde foi encontrado um cadinho (ou “vasilha-forno”) com cassiterite quase pura que aí foi directamente fundida com cobre (MERIDETH, 1998, p. 155-160; 162-163; VILAÇA, 1998 a, p. 353-355). Este tipo de produção do bronze, para o qual martelos daquele tipo seriam necessários para triturar o minério, foi entretanto identificado em outros contextos da península Ibérica, nomeadamente em Baiões (FIGUEIREDO *et al.*, 2010b).

Também interessante é o grande martelo em granito do Castro do Cabeço da Argemela (Fundão) (VILAÇA *et al.*, 2011 a, p. 433, nota 7), cujo peso (8,545 Kg)<sup>7</sup> e dimensão apontam, à semelhança de outros casos, para um uso não individual, conforme nos é explicado por Montero Ruiz (2010: 66-67). Embora seja bastante mais incerta a sua cronologia, não deixa de ser um dado a ter em conta em termos de conhecimento dos primórdios da organização do trabalho mineiro, certamente já então, complexa.

Outros artefactos associados, mesmo que indireta ou simbolicamente, ao ciclo da mineração, evocam a sua importância. Para a região em análise, o mais conhecido é o machado de bronze<sup>8</sup> de uma das minas de Quarta Feira (Sabugal) (Fig. 2), encontrado a 12 de profundidade e recorrentemente referido na bibliografia desde o

<sup>7</sup> Agradeço esta informação ao Dr. João Mendes Rosa, Diretor do Museu Municipal José Monteiro (Fundão), onde se encontra a peça.

<sup>8</sup> Recentes análises revelaram corresponder a liga de cobre (75,6%) e estanho (23,8%) (MELO *et al.*, 2002, p. 111).

século XIX. Não sendo instrumento de trabalho mineiro, poderia ter servido para preparar madeiras de entivações, ou, em leitura alternativa, expressar prática ritual de deposição do metal como metáfora do seu retorno à terra mãe, isto é, à sua condição inicial de minério no âmbito de um processo de transformação/regeneração (CARDOSO, 2007, p. 119-120; VILAÇA, 1995, p. 86; 1998 a, p. 351; 2008 c, p. 44-45).

Fenómeno de idêntica natureza deverão expressar os, ou alguns, dos artefactos metálicos recuperadas dos leitos dos rios (ou nas suas margens), onde, como vimos, as areias de aluvião arrastam partículas metálicas. Tais são os casos do machado plano da Quinta das Flores (Vela, Guarda), recolhido a 2 m de profundidade quando se procedia à exploração de estanho de aluvião (CARDOSO, 1959), ou o recentemente estudado machado do Castelejo (Fundão) (VILAÇA & ROSA, no prelo), entre outros também analisados neste último trabalho. A hipótese de testemunharem deposições rituais no âmbito de uma economia sacrificial de oferta do metal em circulação às divindades (OSBORNE, 2004), neste caso aquáticas, é igualmente admissível.

Em síntese, não é de estranhar que, quer a orografia, quer as características e disposição da rede hidrográfica tenham proporcionado, em geral, um espaço pouco fragmentado, de comunicação fácil, cruzada e multidireccional. Tal como também é fácil entender que a concentração de recursos minerais tão estratégicos e tão estrategicamente conjugados numa região – a Beira Interior é terra de estanho, de ouro e de cobre – igualmente especial em termos de situação e posição, se tivesse traduzido em manifestações culturais particulares, de grande abertura ao mundo mais próximo ou mais longínquo, integrando-se, na mudança do milénio, nos circuitos trans-regionais de carácter bilateral e pendular entre o Atlântico e o Mediterrâneo, onde nem sempre é fácil “separar águas” (VILAÇA, 2007 a; 2008 a, p. 372).

A Beira Interior, no Centro do território português, sendo periférica na geografia europeia e mediterrânea, era central no quadro cultural da época, participando na dinâmica que configurou o processo de uma primeira “globalização arcaica” (VILAÇA, 2011-2012). E, se os elos com o Mediterrâneo se manifestam crescentemente nesta região através de artefactos, tecnologias<sup>9</sup>, estilos, práticas culturais e rituais, com importações, imitações, incorporações, transmissões, entrosamentos, hibridizações (VILAÇA, 2004 b; 2006; 2008 a; 2011 b; 2011-2013; 2013), é a matriz atlântica, leia-se indígena, o lastro cultural das comunidades, que subjaz.

### 3 – O LUGAR DOS VIVOS

Entende-se aqui como lugar dos vivos os sítios habitados, os lugares onde as pessoas geriam o quotidiano, independentemente da dimensão, implantação topográfica, duração e ritmo de ocupação, do que lá faziam e do papel de cada um na rede de povoamento em que se inseriam. Utilizo também as expressões de habitat e de povoado com um mesmo sentido.

Como já referi, para todo o I milénio a.C., essa realidade é traduzível, no “censo” de 2008, em cerca de 59 povoados (SILVA, 2008, p. 69). A esmagadora maioria não está escavada e os povoados que o foram correspondem sempre a áreas escavadas bastante reduzidas, isto é, mal se conhece a respectiva organização interna. Desses, 43, ou seja, cerca de 73% correspondem a sítio de altura, o que traduz, à luz deste parâmetro, assinalável padronização de ocupação do espaço.

Esta fraca variabilidade em termos de implantação topográfica pode ser, até certo ponto, ilusória – conhece-se o que se vê –, como bem alertam outras situações conhecidas muito em particular nos últimos anos no Norte e

---

<sup>9</sup> Para além de diversos aspectos que tenho analisado e discutido (VILAÇA, 2004 b; 2006; 2007 a; 2008 a; 2011 b; 2011-2012; 2013), sublinhe-se a recente identificação da técnica de dourar o cobre por difusão técnica, num cravo do Crasto de S. Romão (Seia), técnica a que os autores atribuem origem mediterrânea (FIGUEIREDO *et al.*, 2010 a; SENNA-MARTINEZ, 2011, p. 291).



no Sul. É de esperar que venham ainda a ser identificadas outras modalidades de ocupação do espaço, em encostas suaves, terras baixas, de forma mais diluída e dispersa, mas sobre as quais, nesta região, não se sabe quase nada, por enquanto.

E os casos com cronologia bem conhecida, correspondendo em concreto aos que foram escavados, permitem dizer que, para o Bronze Final, a paisagem habitacional encontra a sua marca no povoado de altura com os cumes sistematicamente ocupados: um processo de concentração populacional estava, sem dúvida, em curso.

A este modelo associa-se, em quase todos os casos confirmados, a ausência de construções artificiais de delimitação do espaço, como muralhas, taludes, recintos, cercas, fossos, etc. Os sítios onde se encontram estruturas desta natureza são também sítios com ocupação diacrónica, desconhecendo-se a cronologia precisa da sua construção e efectivo funcionamento: Idade do Bronze, Idade do Ferro, ambas? A existência de barreiras artificiais no Bronze Final da Beira Interior deverá ter constituído um epifenómeno, sendo esta uma outra marca a registar. Porém, só escavando essas estruturas teremos acesso a dados mais seguros, como sucedeu na linha de muralhas do Castro da Argemela (Fundão), que se atribuiu à II Idade do Ferro (MARQUES *et al.*, 2011-2012).

Uma terceira marca do perfil físico-cultural desses habitats corresponde, frequentemente, a uma presença muito expressiva em termos paisagísticos. O forte impacto visual que deles emana, seja pelo isolamento e forma brusca com que “nascem” da terra, como o povoado dos Alegrios (Idanha-a-Nova), seja pela peculiar fisionomia cónica, como o Monte do Trigo (Idanha-a-Nova) (Fig. 3), seja pela concentração de gigantescos afloramentos rochosos que se acumulam nos seus cumes, como no da Serra Gorda (Sabugal), seja por tudo isso ao mesmo tempo, imprime inegável personalidade à paisagem cultural do Bronze Final regional.

Por isso, considero que não foram só lugares habitados onde se viveu. Deverão ter constituído peças fundamentais de um dos mais importantes processos de territorialização de toda a história da Beira Interior, tal como muito tempo depois o foram os castelos. Terão sido, decerto, pólos estruturantes e marcos de referência visual, identitária e simbólica *das e para* as comunidades (VILAÇA, 1998 b; 2000 a, p. 173; 2000 b). Outras modalidades



Fig. 3 – Monte do Trigo (Idanha-a-Nova).



**Fig. 4** – Esporão onde se situa o sítio da Cachouça (Idanha-a-Nova), observando-se ao fundo (zona central) a silhueta de Monsanto.

comportando sítios ainda de altura, mas mais dissimulados, entre relevos, ou planálticos, ocupando esporões, são também conhecidos, como é o caso da Cachouça (Idanha-a-Nova) (Fig. 4) (VILAÇA, 2007c).

A concentração das populações e a procura de abrigo em lugares elevados, mais fáceis de proteger, se fosse esse o caso, poderão ter traduzido um sentimento de instabilidade, de diversa ordem, que não devemos descartar. E, mesmo sem ameaças reais, ocupar um local elevado seria, por si só, e em termos psicológicos, bastante para que as populações se sentissem mais seguras e “de si”.

Mas a potencial insegurança poderia também advir de insuficiente conhecimento do espaço. Quando não se conhece, teme-se. E, na verdade, os habitats de que falamos são lugares sem passado, isto é, quando ele existe, como no Monte do Frade (Penamacor) (VILAÇA, 1993; 1995), no Monte do Trigo (Idanha-a-Nova) (VILAÇA, 2008 b), em São Roque (Fundão), na Tapada das Argolas (Fundão) (VILAÇA *et al.* 2002-2003), no Sabugal (PERESTRELO & OSÓRIO, 2005; SANTOS, 2008), etc., remonta a muito tempo antes, ao Neolítico, ao Calcolítico, a gerações de que é incerto ter permanecido alguma memória entre as comunidades de finais da Idade do Bronze, já que das do Bronze Antigo, Médio/Tardio, como referi no início, não se conhece rasto nos habitats<sup>10</sup>. Fora deles, sim, com grafias rupestres, estelas e deposições metálicas. Mas onde estarão aqueles?

A procura dessa plataforma de segurança poderá ter sido criada, por sua vez, por criteriosa selecção de sítios que expressassem não só protecção pela altura, como segurança pelo controlo visual sobre o território envolvente. Portanto, não apenas imponência física e forte impacto visual causado a quem se aproximasse ou passasse, mas, e não menos importante, visibilidade recíproca de e entre alguns, o que revela escolha consciente e não aleatória, como tenho vindo a defender. Esses habitats são, também assim, reais marcadores de contacto. Análises recorrendo à elaboração de bacias de visão podem revelar-se extremamente sugestivas e exploratórias para estas problemáticas (OSÓRIO, 2008). Nem sempre se procurou o lugar de altura mais perto de recursos tão críticos como, por exemplo, a água.

Na zona de Idanha-a-Nova/Penamacor, em plena “Plataforma de Castelo Branco”, que estudei em particular (VILAÇA, 1995), essas teias de inter-visibilidades são notórias e manifestamente coniventes, mas verificam-

---

<sup>10</sup> Cfr. nota 4.



-se também em outras unidades regionais e territoriais, como na “Cova da Beira”, em que se entrelaçam visualmente diversos povoados.

É o caso do conjunto que interliga o Castro do Cabeço da Argemela (Fundão), um “povoado de ponta” no extremo ocidental daquela unidade geográfica, à Tapada das Argolas (Fundão), a oriente. Trata-se de uma área, aliás, de grande densidade de habitats, por vezes como que formando “agregações” (Fig. 5). No conjunto, sucedem-se num significativo alinhamento estruturado pelos vales do Zêzere e da Meimoa (VILAÇA, 2003a; 2004 a; VILAÇA *et al.*, 1998; 2000; MARQUES, *et al.* 2011-2012), o qual se confunde com a suposta linha de fronteira proposta como divisória entre *Ocelenses*, por um lado, *Tapori* e *Igaeditani*, por outro (ALARCÃO, 2001, p. 297; VILAÇA, 2004 a: Fig. 6).

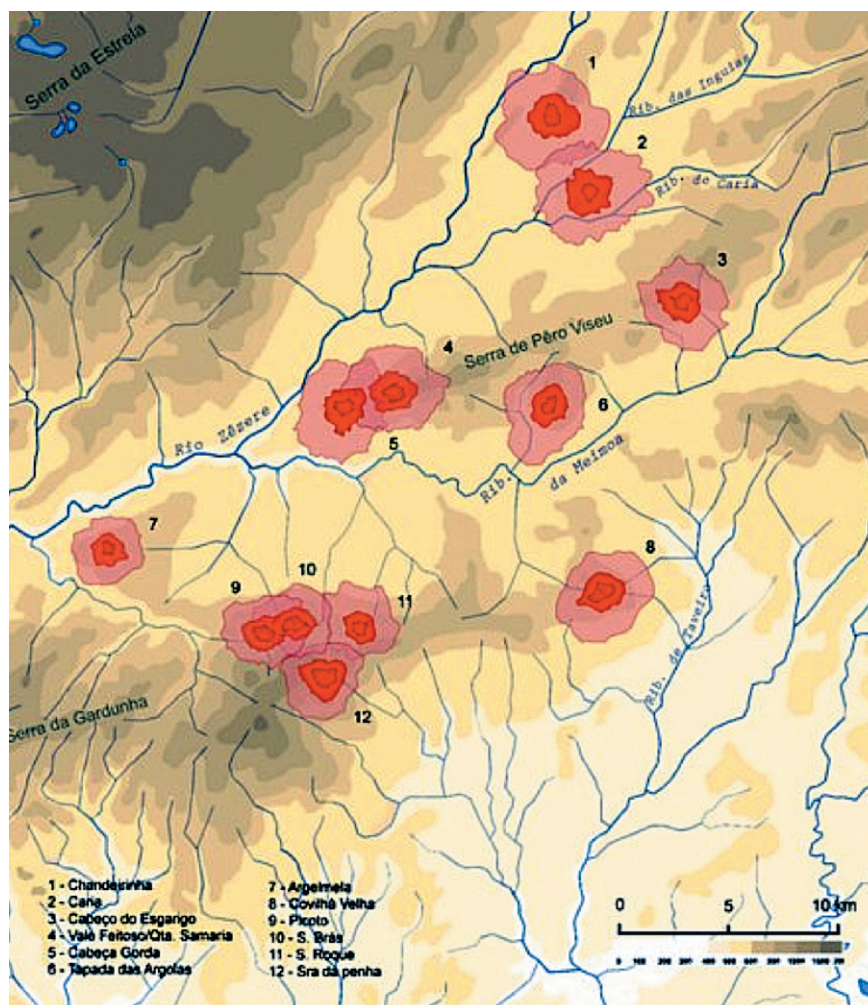


Fig. 5 – Rede de povoamento da Cova Beira com respectivos territórios potenciais de exploração.

E, mais a norte, na transição para as terras planálticas onde chegam as franjas da Meseta que se precipitam sobre a Cova da Beira, e em privilegiada área mineira, no vale de Quarta Feira, já atrás mencionada, distribuem-se diversos povoados, que começam a ser conhecidos, mas necessitam de ser escavados (VILAÇA, 1995; VILAÇA *et al.*, 2004 a; OSÓRIO, 2008). Esses verdadeiros marcadores espaciais, “guardiães do território” (VILAÇA, 2000 b, p. 34), sem serem inter-visíveis devido à orografia mais recortada e irregular em que se implantam, são, contudo, tutelados pelo Cabeço das Fráguas (Guarda), o que não deverá ter-se restringido a termos visuais.

Admiti, em 2005, com base em alguns vestígios recolhidos em prospecção (elementos de foice, cerâmica de tipo Cogotas I) publicados por Osório (2005, p. 38-39), que a ocupação do Cabeço das Fráguas poderia ter arrancado ainda em finais da Idade do Bronze, exercendo então função agregadora das comunidades vizinhas pela sua aura sacra – numa vasta região em redor, era o único que, tocando o céu (1018 m de altitude), se encontrava mais perto dos deuses do que dos humanos – (VILAÇA, 2005, p. 20-21; VILAÇA *et al.* 2004, p. 140), o que na Idade do Ferro e época romana efectivamente se consagrou com a conhecida inscrição em língua lusitana recorrentemente referida na bibliografia especializada. Avistado por todos, convocaria, certamente, as populações da região, não sendo, também por isso, irrelevante, a sua situação em área de fronteira (VILAÇA, 2000 b, p. 37).

Em trabalho recentemente publicado, ideia algo similar, ainda que expressa de um outro modo, é advogada por Senna Martinez que se refere ao Cabeço das Fráguas recorrendo à expressão inglesa de “*meeting place*” (SENNA MARTINEZ, 2010, p. 23).

É, porém, incerta aquela ocupação mais remota, uma vez que as escavações entretanto realizadas sob a égide do Instituto Arqueológico Alemão apenas puderam comprovar que a ocupação mais recuada remete para os séculos VIII-VII a.C., atribuída pelos responsáveis dos trabalhos à transição Bronze-Ferro (SANTOS & SCHATTNER, 2010).

Mas não deixa de ser interessante este dado, pois permite trabalhar a minha hipótese inicial de, no Bronze Final, i.e. anterior ao século VIII a.C., o Cabeço das Fráguas ter sido, efectivamente, lugar socialmente agregador e sagrado, mas só “habitado” por divindades, configurando uma espécie de “fronteira dos espíritos”, onde a permanência dos humanos seria censurada ou mesmo interdita, limitando-se a visitas cíclicas, de carácter ritual ou cultural, que não deixaram rasto. Não admira, pois, tal invisibilidade, uma vez que as encenações subjacentes a essas práticas deveriam expressar-se sobretudo através do corpo com posturas, cânticos, preces, danças, gestos, olhares, etc., que se esfumaram no próprio momento da sua manifestação.

Mas essa memória ancestral de sacralização do Cabeço das Fráguas, verdadeiro lugar ou monumento natural, não se teria perdido e, no século II d.C., a inscrição antes mencionada constitui como que uma ratificação final, confirmativa, desse lado e legado sagrado.

Um fenómeno de natureza idêntica, mas de contornos bem distintos, poderá ser admitido para Monsanto da Beira (Idanha-a-Nova), no sul da Beira Interior, cuja ocupação no Bronze Final é igualmente bastante incerta. Os machados planos e de talão daí provenientes denunciam, pelo menos, visitaçao e deposição, mas não necessariamente contexto habitacional (VILAÇA, 1995, p. 83; 397). Nesses tempos remotos talvez tenha sido sempre “monte santo”, contemplando mesmo a existência de eventual santuário, que testemunhos mais tardios (dois achados argênteos, um de baixela, o outro de jóias e denários) datáveis dos sécs. IV-III e de finais do séc. II a.C., respectivamente, poderão testemunhar<sup>11</sup>.

Ambos são sítios únicos na paisagem beirã, absolutamente dominadores e referenciadores, e sê-lo-iam muito em particular em certas alturas do ano, quando e caso os seus cumes se cobrissem de neve, cujo efeito cromático seria significativa (VILAÇA, 2005, p. 21).

Voltando a uma leitura de conjunto, a inter-visibilidade de que falava antes, para ser plenamente eficiente em moldes comunicativos, teria de ir mais além de mero avistamento físico e passivo. Por isso, só a entendo admitindo também que o recurso a determinadas formas de comunicação, sonoras e visuais, faria parte do sistema. Entre elas, os sinais de fumo deveriam ter sido imprescindíveis e uma das estratégias utilizadas na troca de informação à distância (VILAÇA, 1995, p. 264). Naturalmente que, como ainda recentemente foi sublinhado, a sua eficiência do ponto de vista da informação, implicaria conhecimento limitado a determinados elementos das comunidades em função de convenções pré-estabelecidas e facilmente memorizadas (LEIBOVICI, 2009).

Mas as pessoas, quer dizer, algumas pessoas, não circunscreviam os seus horizontes ao habitat ou ao dos vizinhos mais próximos. Algumas circulavam e, com elas, bens, produtos e conhecimento. O papel dos “agentes de circulação do metal” (VILAÇA, 1995, p. 420; 1998 b, p. 211; 2011-2012) deve ser articulado, até porque não são necessariamente exclusivos, isto é, seguindo caminhos distintos e independentes, com o papel protagonizado pela mobilidade estritamente feminina. A circulação e troca de mulheres, a prática de exogamia no âmbito de regulação demográfica e do estabelecimento de alianças políticas e amigas, que não são o mesmo, entre grupos distintos, de menor ou maior alcance regional, devia ser indispensável (VILAÇA, 1998 b, p. 211; VILAÇA *et al.*, 1998,

---

<sup>11</sup> Bibliografia específica em Vilaça, 2012: 236.



Fig. 6 – Cerâmicas Carambolo e de tipo Cogotas (1 – Castelo do Sabugal) e de tipo Carambolo (2 – Cabeço da Argemela, Fundão).

p. 37). Refiro-me, evidentemente, a mulheres de alto *status* que, consigo, levariam bens de valor equivalente, metálicos e cerâmicos, também os que mais facilmente a arqueologia identifica.

Para além do metal, concretamente a pesada ourivesaria do Bronze Final utilizada como dote de noivas (RUIZ-GÁLVEZ PRIEGO, 1994, p. 62), inscrevem-se neste âmbito determinadas cerâmicas, como as de tipo Baiões, as de tipo Cogotas ou as de tipo Carambolo (Fig. 6), residualmente presentes na Beira Interior, tornando admissíveis o processamento de relações inter-comunitárias de natureza similar (com a Beira Alta, Meseta, Andaluzia) protagonizadas pela mulher, ou antes só (?), pelo papel que a sociedade lhe atribuía (VILAÇA, 2007 d, p. 17).

Em trabalho recente, hipótese similar é adoptada por Senna-Martinez, que a alarga à Beira Central (na sua designação “grupo cultural Baiões/Santa Luzia) e Estremadura (SENNA-MARTINEZ *et al.*, 2011, p. 413).

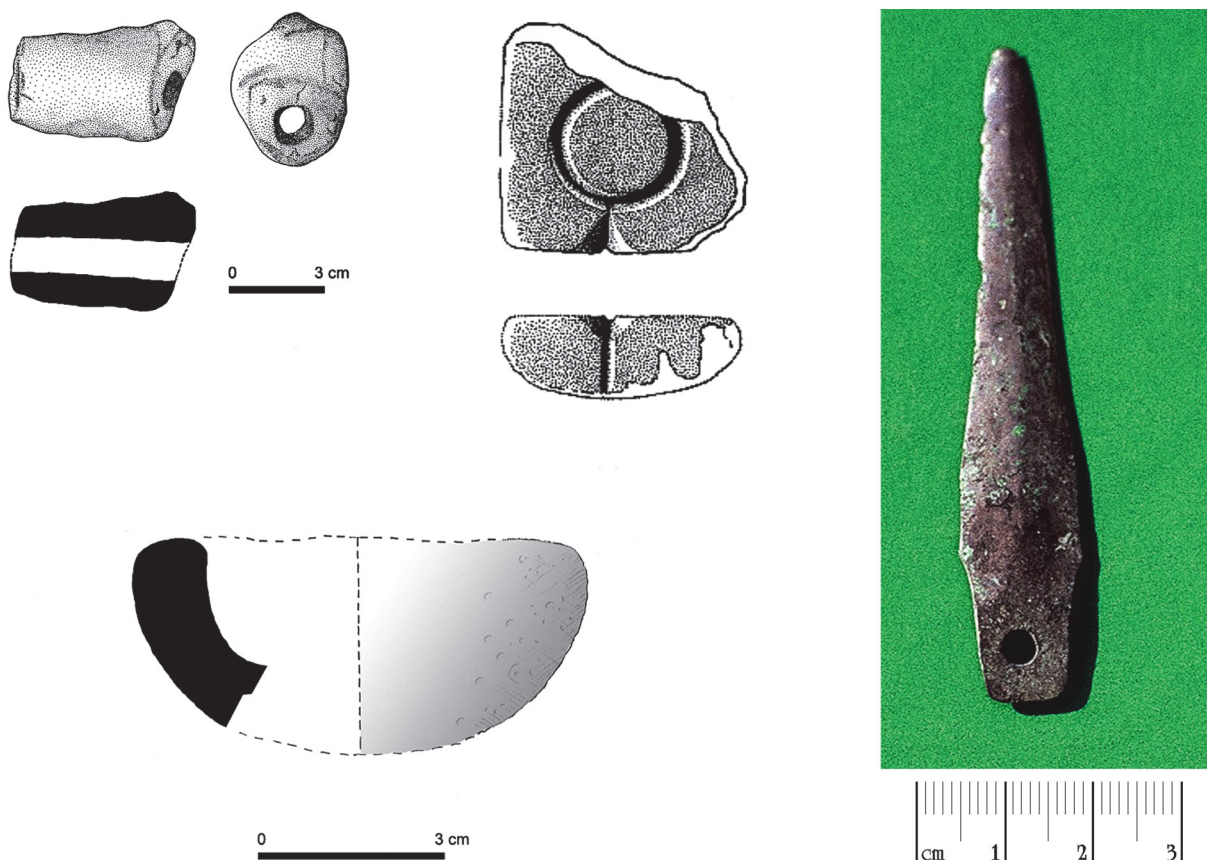
A existência de lideranças sintonizadas, de igual estatuto, que também creio admissível terem existido, planeando acções conjuntas e convergindo em determinadas estratégias, podendo até ter formado possíveis confederações, não é negação de comunidades autónomas, de um “nós”, fosse família, grupo de famílias, ou vizinhos de e num povoado, que se distinguiu de “outros”. É antes indício de que tais lideranças e grupos funcionavam de forma articulada, solidária, integrada e coesa, onde o lugar de conflitualidade expressa e efectiva seria residual (VILAÇA, 1998b). Perspectivá-los organicamente segundo um modelo de “comunidades de passagem”, tal como o explanei, parece-me adequado (VILAÇA, 1995, p. 412).

Conforme tenho vindo a defender em diversos trabalhos e já o recordei aqui, na Beira Interior, e em concreto nas áreas mais bem conhecidas, os sistemas de redes de povoamento oferecem organização policêntrica, de forte pendor multipolar, dominados pela altura e impacto visual. Deverão ter sido habitados permanentemente, não havendo indícios que façam pensar em expressivas ocupações sazonais, as quais poderão ter ocorrido, todavia, em lugares ainda não identificados, por exemplo, de carácter especificamente mineiro.

Lembro que são desconhecidos – falta de prospecção, deficiente conservação ou inexistência? – os habitats em encostas suaves ou em terras baixas, em regra designados como “casais (agrícolas)” e que é suposto estarem subordinados aos de altura onde se procura encontrar os “lugares centrais”, de grande dimensão, com capitalidade económica, político-administrativa e mesmo religiosa. Embora esta lógica relacional possa funcionar em abstracto, como modelo, e mesmo muito provável em determinadas situações de outras regiões, não a tomo de forma apriorística e de aplicação automática à realidade, conhecida, da região de que me ocupo.

Aliás, tal como a ideia de alguma forma generalizada de que aos povoados abertos estaria confinada a actividade agrícola enquanto que a da metalurgia do bronze se encarregariam os povoados de altura, o que é desmentido pela evidência arqueológica. Diversos elementos ligados ao ciclo da metalurgia do bronze (cadinhos, escórias,





**Fig. 7** – Diversos elementos da “cadeia operatória” da produção do metal: algaraviz (Monte de São Martinho, Castelo Branco), molde de argolas (Cabeço da Argenmela, Fundão), cadinho (Moreirinha, Idanha-a-Nova), punhal (Monte do Frade, Penamacor).

algaravizes, moldes, artefactos) estão presentes quer nos “casais” do Baixo Tejo (VILAÇA & ARRUDA, 2004, p. 18), quer em povoados abertos do Alentejo<sup>12</sup>.

A implantação topográfica, sempre relevante, no topo dos montes ou em esporões, varia nas dimensões, que, por si só, também não podem ser critério de distinção numa hierarquização de povoamento, pois sítios de altura bem pequenos em área, como o Monte do Frade (Penamacor) ou o Monte do Trigo (Idanha-a-Nova), oferecem posição e elevada qualidade de materiais, aspectos que lhes permitiriam lugar destacado no seio da rede de que fariam parte (VILAÇA, 1997).

A dimensão dos habitats, de resto bem difícil de calcular face à prática inexistência de estruturas delimitativas, como vimos, foi alvo, em conjunto com outros critérios, da minha particular atenção na senda de uma aproximação ao número de habitantes por povoado, não obstante a consciencialização das suas limitações (VILAÇA, 1995, p. 245 e segs.). Confesso, hoje, uma maior descrença nesse tipo de exercício de que, entretanto e por isso mesmo, não voltei a ocupar-me pormenorizadamente.

Como também já sublinhei em diversos trabalhos, a metalurgia do bronze conhecida nos habitats, sendo de cariz doméstico, familiar, de pequena escala, essencialmente para consumo local ou regional, comportando diver-

<sup>12</sup> Neste caso resultantes de trabalhos recentes desenvolvidos no âmbito da designada “arqueologia empresarial”, sobretudo na região de Évora e Beja, com diversa bibliografia disponível.



so elementos da “cadeia operatória” (Fig. 7), não oferece diferenças de monta entre habitats, pelo que também não serve de grande critério distintivo entre “lugares centrais” e outros supostamente “satélites”. E, sobretudo, porque é generalizada, ou seja, em quase todos havia alguém que dominava as técnicas do metal (VILAÇA, 1995, p. 417; 1998 a, p. 355-356, 358; 2008 a, p. 379).

Por conseguinte, tenho alguma dificuldade em encontrar critérios definidores seguros e “universais” para visualizar a hierarquia de povoamento de e numa região, assunto que merece ser trabalhado com maior profundidade.

Se atendermos agora à organização interna do espaço habitado, com todas as suas diferenças e especificidades, e apesar do pouco que se conhece – neste domínio micro e semi-micro é imprescindível multiplicar programas de escavação –, a nota generalizada que fica passa pelo reconhecimento do fraco investimento colocado na construção de estruturas muito complexas, na compartimentação do espaço, ou na sua especialização funcional. Mas será correcta esta leitura de uma aparente homogeneidade da construção, da arquitectura e da organização espacial do habitat?

São toscas, rústicas, simples e circulares as cabanas que deram abrigo a essas gentes. Esta é também, com raras excepções, a paisagem doméstica generalizada do Bronze Final, tal como ficou mais uma vez demonstrado pelos contributos apresentados no colóquio a que estas actas dizem respeito.

Assentes em base pétreia, por vezes de dupla fiada, as paredes das cabanas não pouparam na argila, na madeira e em outros elementos vegetais, tal como a cobertura, que era ancorada por poste central. Naturalmente de dimensão diversa, mas com diâmetros que rondam em média c. 4 m, é, porém, difícil marcar notória distinção entre cabanas grandes e cabanas pequenas.

Os pisos, quando se conservaram, revelam ser de terra batida ou de argila, embora se conheçam outras soluções inventivas. Excepcionalmente, e talvez já da fase seguinte, como forma de distinção (social, também de natureza, ritual?), recorreu-se à decoração de determinados pavimentos, como revelou a Cachouça (VILAÇA, 2007 c, p. 69) (Fig. 8).

Por outro lado, certos espaços de circulação foram parcialmente “atapetados” com pequenos seixos naturais, como ocorreu na Moreirinha, com a finalidade específica de regularizar o solo numa zona de interstício entre duas lajes naturais de granito, também elas funcionando como piso (VILAÇA, 1995, p. 267-268). É interessante esta solução mista, semi-natural, semi-construída, com um sentido, parece-me, essencialmente prático. Já os seixos de quartzo leitoso do empedrado em suave rampa que dava acesso ao interior do abrigo dos Alegrios, a que voltarei, deverão ter tido função não só prática, mas sobretudo simbólica (VILAÇA, 1995, p. 166, 169, 199).

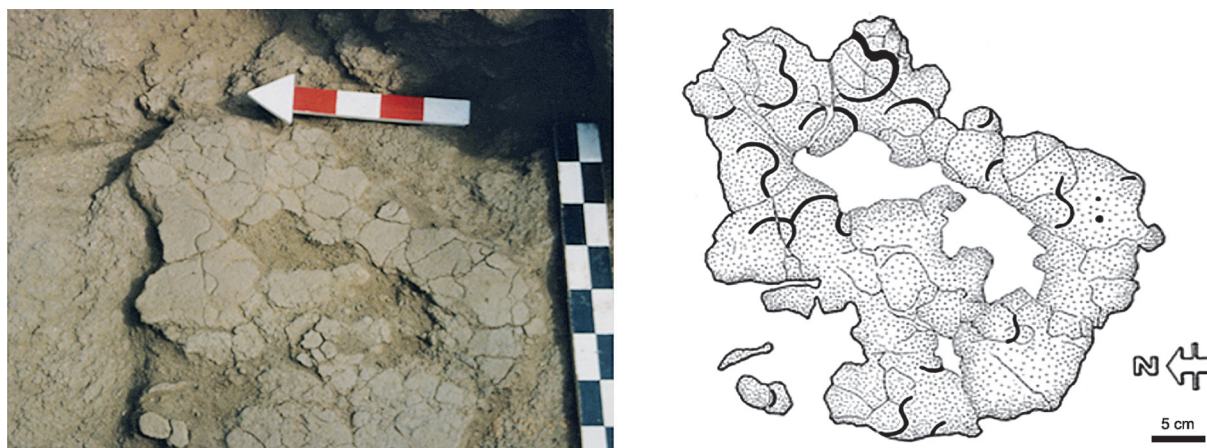
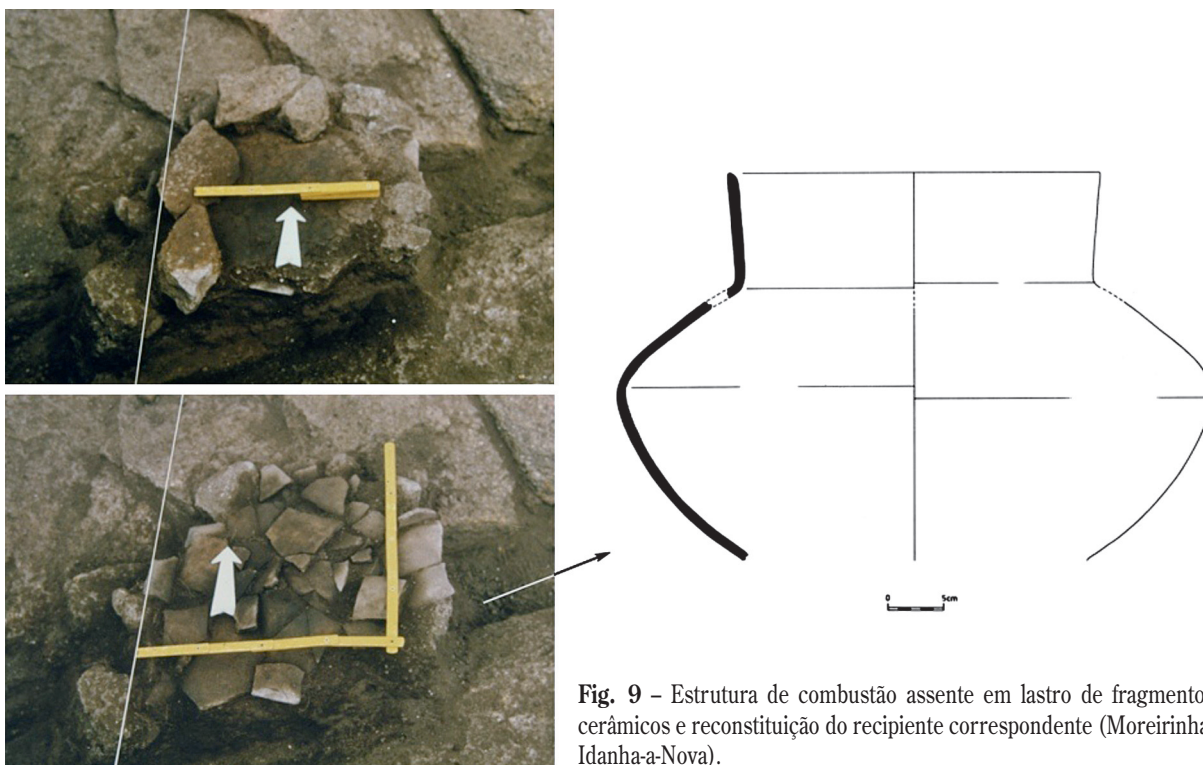


Fig. 8 – Piso decorado com motivos curvilíneos (Cachouça, Idanha-a-Nova).



**Fig. 9** – Estrutura de combustão assente em lastro de fragmentos cerâmicos e reconstituição do recipiente correspondente (Moreirinha, Idanha-a-Nova).

Num outro registo, um dos elementos recorrentes nos sítios escavados e, de resto, fundamental pelas suas múltiplas valências, são as estruturas de combustão. Em regra são circulares, delimitadas por coroas de pedra onde podemos encontrar elementos de mó incorporados (reaproveitamento como material de construção? Inclusão de teor simbólico?) e definidas por lastros de argila assentes normalmente em fragmentos de recipientes cerâmicos. Trata-se, neste caso, de um interessante processo de reciclagem da cerâmica, como ficou expresso numa das lareiras da Moreirinha (Fig. 9) (VILAÇA, 1995, p. 263-267; 2007 d, p. 16).

A lareira seria o cerne da casa, constituindo o centro da vida diária das comunidades, pois é na sua periferia que se detectaram quase sempre sinais de diversas actividades, como a trituração de cereais que se cultivavam, a preparação e consumo de alimentos, a tecelagem, o trabalho do metal. Luz, calor, processamento de comida e de outras actividades, como o simples estar, e, como já vimos antes, também instrumento de comunicação à distância, através do fumo, a estrutura de combustão é tudo isto e, por isso, um dos principais elementos criadores e fomentadores de sociabilidade em habitat.

A alimentação<sup>13</sup> jogou aí papel indiscutível, como bem demonstraram os restos faunísticos dispersos em redor das lareiras, por exemplo do Monte do Frade (Penamacor), configurando manchas de arremesso e descarte compatíveis com certas práticas conhecidas em sociedades etnográficas estudadas por Binford (VILAÇA, 1992, p. 26-27).

Com efeito, durante as escavações que efectuei em diversos habitats não se encontraram espaços ou áreas funcionalmente discretos em termos de actividades, isto é, não existia, ou eu não reconheci, zonas exclusivas de

<sup>13</sup> O contributo dos animais e plantas no conhecimento da base alimentar destas populações diz-nos, com base nos restos preservados, que se consumiam sobretudo (trigo, centeio, cevada, leguminosas) e animais domésticos (bovinos, suínos, ovicaprínos) (ANTUNES, 1992; VILAÇA, 1995; VILAÇA *et al.*, 2004 b).

preparação de alimentos, outras de trabalho do metal<sup>14</sup>, outras ainda de produção da cerâmica (ou de outros bens), outras de dormitório, etc. Quase tudo se passava à volta da lareira, a “alma física e simbólica” do espaço habitado.

Todavia, e excepcionalmente, ocorrem espaços específicos e de vocação particular, como o pequeno (2,60 x 1,80 m) abrigo dos Alegrios atrás referido (Fig. 10). Trata-se de espaço semi-natural, definido por blocos graníticos, com “câmara” de planta subcircular e curto “corredor”, a que se acederia pela tal rampa de seixos de quartzo leitoso, cuja cor e brilho, quando o sol neles incidisse, deveriam produzir efeito cromático com algum significado especial. Infelizmente, quando cheguei<sup>15</sup> já

não fui a tempo de o escavar e da presumível rampa apenas se encontravam *in situ*, três ou quatro seixos. Confrontei-me com o literal esvaziamento do abrigo, saibro inclusive, tendo sido possível recuperar alguns dados na peneiração das terras que restavam e que permitem supor corresponder a possível contexto de índole cultural.

O descobridor e escavador do abrigo afirmou-me ter retirado cinzas e carvões das terras, que não guardou, mas que o induziram a designar o abrigo como “lapa de incineração”; o fogo, na sua dimensão ritual, deverá ter desempenhado importante papel. Note-se ainda que é do seu interior que provêm, além de contas de colar, os únicos fragmentos de cerâmica de “tipo Baiões” conhecidos da estação, o que lhes confere significado necessariamente distinto, pela raridade e contexto, daquele que este tipo de cerâmica aufere na sua região natural de produção, a Beira Central. Em suma, com todos os constrangimentos aludidos, quer o enchimento, onde o fogo parece ter desempenhado indiscutível papel, quer a preparação, com seixos, do acesso ao interior daquele espaço, conferem-lhe papel específico, de carácter ritual, na organização do espaço nos Alegrios (VILAÇA, 1995, p. 166).

Portanto, e numa visão de conjunto e excepções à parte, nem espaços excessivamente compartimentados nem especialização em demasia, traduzindo antes predisposição à co-ocorrência de actividades distintas e esferas de acção de natureza múltipla, com transfiguração e recriação de “cenários”, consubstanciando práticas envolventes do todo social. Digo bem, o todo social, pois não podemos encarar esses sítios apenas como lugares onde se viveu o quotidiano. Neles também se terão realizado actividades de índole mais excepcional e mais especificamente rituais, fulcrais na estruturação e reprodução social, como também alguns artefactos, por exemplo ligados ao “banquete” igualmente testemunham. Neste sentido, e como também já tive oportunidade de defender, encaro

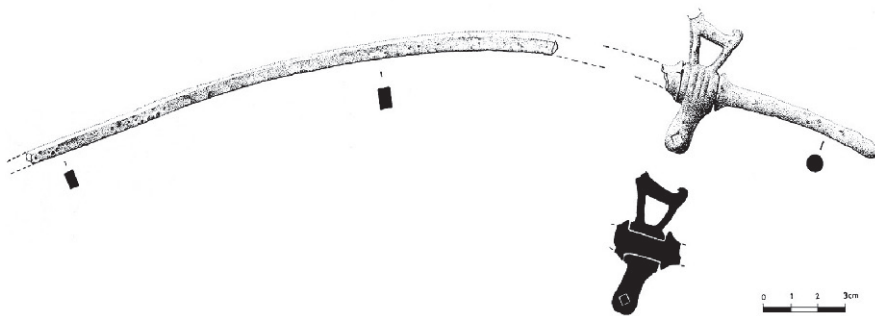


**Fig. 10** – Abrigo definido por penedia granítica, observando-se à direita alguns dos seixos de quartzo leitoso presumivelmente utilizados em pequena rampa de acesso ao interior do espaço (Alegrios, Idanha-a-Nova).

<sup>14</sup> Mesmo a atividade metalúrgica parece ser ubíqua. Desta situação é sintomático o caso do Castelejo (Sabugal): na plataforma superior encontravam-se os moldes; em uma outra distinta e fisicamente afastada recolheram-se os cadinhos (VILAÇA, 1995).

<sup>15</sup> A minha primeira intervenção nesta estação, em 1986, resultou de pedido de colaboração formulado pelo então Serviço Regional de Arqueologia da Zona Centro.





**Fig. 11** – Espeto articulado de tipo atlântico com figura zoomórfica (cabeça em falta) no cabo (Cachouça, Idanha-a-Nova).

criação de sociabilidade. Entre eles, os rituais de comensalidade e, muito em especial, os associados ao banquete, desempenharam papel fundamental em distintos momentos históricos. A arqueologia do Bronze Final revela-nos esta faceta sobretudo através de determinados artefactos metálicos como espetos, caldeirões, fúrculas, garfos, por vezes em associação, configurando verdadeiros “kits rituais” (VILAÇA, 2008 a; 2011-2012).

Ao contrário do que sucede em outras regiões, na Beira Interior essas peças são provenientes de lugares de habitat, merecendo especial referência a Cachouça pela presença de um espeto articulado bastante completo, com figura zoomórfica no cabo (Fig. 11), idêntico aos de Baiões (S. Pedro do Sul) e de Alvaiázere, mudando apenas o tipo de animal: quadrúpede na Cachouça<sup>16</sup> e pássaros naqueles (VILAÇA, 1990). O pequeno fragmento de espeto do Castelo Velho do Caratão (Mação), ainda por estudar<sup>17</sup>, não fornece informação a este respeito.

Além do espeto, resultante de prospecções, na Cachouça também se encontraram diversos fragmentos de caldeirão e uma faca de ferro (sacrificial?) com rebites de bronze, de um contexto de transição para a Idade do Ferro (VILAÇA, 2006; 2007 c, p. 68; 2013, p. 55-57). Fragmentos de caldeirão ocorrem igualmente no Monte de

determinados lugares habitados do Bronze Final da Beira Interior com espacialidade ambi(poli)valente e relacional, absorvendo diversos campos do todo social (VILAÇA, 2000 b, p. 35).

Estes lugares de habitat são espaços produzidos e vividos por comunidades que é possível inscrever num modelo de “sociedades rituais”, precisamente porque nelas a riqueza e os elementos de poder são canalizados para actividades específicas desse foro, nas quais a manipulação de artefactos parece ter sido importante, ao invés do investimento no habitat, na edificação propriamente dita, com infra-estruturas complexas, ou na acumulação de grandes excedentes.

Tal como hoje, e sobretudo no passado, os rituais constituiram um poderoso mecanismo inclusivo e de

<sup>16</sup> A figura encontra-se incompleta, sem cabeça, não sendo possível determinar a espécie.

<sup>17</sup> Agradeço a Davide Delfino a possibilidade de ter observado diretamente alguns dos materiais desta estação, alguns dos quais conhecia já do Simpósio realizado em Mação, em 1988.

São Martinho (Castelo Branco) (FARINHA *et al.*, 1996), ele próprio com uma dimensão sagrada muito especial pelo achado das três conhecidas “estelas” encontradas por Francisco Tavares Proença Júnior. Muito recentemente, nas escavações do Cabeço das Fráguas (fase II), foi possível recuperar restos de uma fúrcula, dois dentes em concreto, de tipo similar à de Baiões, que se inscreve na tradição desta mesma problemática (SANTOS, 2010, p. 135, fig. 4).

Para a época de que nos ocupamos, a raridade e dispersão destes elementos associados ao banquete por diversas áreas europeias e mediterrâneas, incluindo o Ocidente Peninsular, traduzem o carácter elitista da sua manipulação, por um lado, e a sua universalidade, i.e. reconhecimento supra-regional de práticas, códigos sociais de conduta, ideologia e simbologias, por outro.

Mas é bem sabido que nem todos os investigadores dão igual ênfase a estas vertentes, optando por reduzir o valor de tais artefactos ao seu peso, a mera sucata, ou seja, destituindo-os do seu significado ideológico. Não é essa a minha leitura, o que me leva a valorizar determinadas pistas, três em concreto, que indiciam a efectiva manipulação dessa categoria de peças com todo o seu simbolismo matricial (VILAÇA, 2011-2012): a existência de peças completas, por exemplo, espetos da Marzigueira (Alvaiázere) e garfo de Solveira (Montalegre); a conservação de restos de madeira<sup>18</sup> do interior do cabo da fúrcula de Baiões; a recente revelação de um fragmento de tibia de ovelha do Castro de Ratinhos (Moura), com orifício de secção quadrangular certamente efectuado com espeto ou dente de garfo (BERROCAL-RANGEL *et al.* 2010, p. 332 e Fig. 152), neste caso, a contraprova arqueozoológica que nos faltava.

Todos estes testemunhos do Ocidente Peninsular e bem representados na Beira Interior, validam a internacionalização de importantes práticas rituais protagonizadas por determinados elementos da comunidade como forma, também, de manterem e reforçarem a ordem social exercida e emanada n(d)os espaços de habitat.

Em suma, do perfil do povoamento aqui genericamente apresentado, não transparece, como já sublinhei, especial hierarquização do mesmo, a qual é de difícil argumentação com base estrita nas evidências e argumentos habituais. Um modelo de povoado central com seus satélites parece-me ser, na região que analisei, isso mesmo, um modelo que necessita ainda de suporte arqueográfico. Devem ser convocados outros critérios de distinção que passam também pela particularidade funcional e simbólica de determinados “artefactos institucionais”, nomeadamente de bronze, como vimos.

Inequívoca centralidade e hierarquização, ditadas sobretudo pela imponência e carisma esmagadores, encontram-se em dois outros grandes referenciais que, a norte e a sul, poderão ter conhecido, respectivamente, esse lugar cimeiro e, não por acaso, sagrado: Cabeço das Fráguas e Monsanto. A perenidade desse aura sacro ao longo de todo o milénio, e para além dele, é talvez, já fora do tempo do Bronze Final, a “prova” da relevância de ambos como elementos integradores e centrais, para as comunidades. O sentido de lugar, que fomenta e enraíza a identidade em função desses referenciais, permaneceria na memória através de acções simbólicas e de rituais (NOWAKOWSKY, 2001, p. 147). Numa altura (ainda) sem Império, sem paróquias, sem castelos, eles poderiam ter sido a figura de federação, o “poder” agregador das comunidades.

Não analisei devidamente, nem o farei neste contexto, a complexa questão do abandono da maioria dos povoados em causa (recorde-se a excepção da Cachouça) em inícios da Idade do Ferro. De facto, não tenho uma resposta satisfatória. O que sei é que abandonos e reocupações são entendíveis de diversas formas, seja no quadro de perspectivas ambientais e funcionalistas (alterações climáticas, procura/escassez de recursos, migrações, aumento demográfico, etc.), seja decorrente de catástrofes (invasões, saques, incêndios, doenças, etc.). E sei também que o abandono dos sítios pode decorrer ainda de mecanismos ideológicos expressando actos simbólicos deliberados.

---

<sup>18</sup> Em curso de datação pelo Carbono 14.

É defensável que as comunidades em análise gravitassem em torno de um referencial humano, heroicizado (?), por norma designado de “chefe” à falta de melhor expressão, no qual elas se auto-reconheceriam. A identificação dessa entidade superior com um lugar, o que habitava, e onde se centralizava o controlo sócio-económico, político e ritual, ajuda a compreender melhor o valor e papel desempenhado e vivido pelo habitat. Mas a ligação e identificação com o espaço habitado poderia tornar-se lassa se, desse espaço, desaparecesse o elemento signifi-cante, de referência, o “chefe”. Assim, tomando a própria vida do “chefe” como metáfora, o povoado poderia ser abandonado, isto é, morreria, quando aquele também desaparecesse. Talvez se possam compreender nesta linha interpretativa determinados abandonos em pleno vigor da sua existência, sem vestígios de quaisquer catástrofes, naturais ou humanas, ou outras alterações perceptíveis no registo arqueológico. Por exemplo, os Alegrios e a Moreirinha, vizinhos, quase geminados, globalmente contemporâneos, mas sem ser possível dizer se ocupados em perfeita sincronia, poderiam traduzir esse mecanismo. Mas é mera suposição e, de todo o modo, não explicariam o problema na sua totalidade.

E se é verdade que perfilha a ideia do papel estruturante do lugar dos vivos, do espaço habitado, do poder do povoado na orgânica das comunidades e dos territórios do Bronze Final da Beira Interior (VILAÇA, 1998 b, p. 208-216; 2000 b, p. 34), desta exposição não posso omitir, e sobretudo desvalorizar, os demais elementos (co) relacionais do espaço e, por conseguinte, também elementos estruturantes nas dinâmicas e ritmos do povoamento. Outros marcadores, ocultos ou visíveis, compunham o “puzzle” e alimentavam a cerzidura do sistema. Encontram-se nos depósitos metálicos, nas estelas, ambos em frequente e significativa articulação com os habitats. Muito pior conhecidas, ou estudadas, são as grafias rupestres, aliás, tal como o mundo da morte, conforme referi no início.

#### 4 – LUGARES DE MEMÓRIA, INCLUSIVOS E AGREGADORES

Da morte, da sua marcada invisibilidade, parecendo não ter “saído à rua” (ao contrário do que o Poeta cantou), ocupei-me recentemente de forma desenvolvida em dois textos e para lá remeto os leitores (Vilaça, no prelo a; no prelo b).

Com múltiplas faces e disfarces, o que é próprio de sociedades de “fingimento”, tal como se me perfilam as sociedades do Bronze Final (VILAÇA, 1998 b, p. 214), a morte nesta região é um campo em aberto. Quase imaterial, pelo sublime poder do fogo a que deveriam ser submetidos corpos e despojos, ou pela acção devastadora resultante da muito provável exposição dos corpos (VILAÇA, 1999; 2000 b, p. 40; VILAÇA & CRUZ, 1999, p. 76), há, todavia, dados concretos preservados. Um deles é o depósito funerário do Monte de São Domingos (Malpica do Tejo, Castelo Branco) correspondendo a urna com ossos humanos calcinados enterrada no interior de uma de duas estruturas subcirculares (CARDOSO *et al.*, 1997). É, por agora, o caso mais expressivo, mas não duvido de que outros haverá.

Àqueles dois rituais anda associada uma certa desvalorização física e material do corpo dos mortos e, sobretudo, o triunfo de um paradigma diferente de entendimento da materialidade do corpo humano. Mas o corpo dos mortos não se confunde com os mortos enquanto pessoas – alguns mortos, algumas pessoas – que permanecem, memorizados, de outra forma. O recurso à implantação de um marco, de um referencial, de um monumento, deverá ter sido uma das estratégias. Estelas e estátuas-menires enquadram-se nesta leitura.

Deste modo, o lugar do morto é também, de alguma forma, o lugar onde é evocado, social, comunitária e publicamente. Sem sinalizarem sepulturas, associação de que não há evidências directas na região em análise (e quase nenhuma nas demais), as estelas e estátuas-menires de finais da Idade do Bronze não deixam de auferir um potencial cariz “para-funerário” no sentido em que poder e morte, ancestralidade e memória se podem confundir.



Associadas a lugares com sítios e posições bastante díspares, mesmo opostas, seja em pleno vale, seja no festo das montanhas, em zonas naturais de passagem, em áreas fronteiriças, ou em lugares de congregação entre vizinhos, as estelas e estátuas-menires do Bronze Final são indiscutíveis marcadores de exibição do poder projectado no espaço, permitindo um manancial de leituras interpretativas com múltiplas vertentes, incluindo a da sua articulação com os espaços do quotidiano vivido e, por conseguinte, integradoras.

É sabido que a Beira Interior conheceu, nos últimos anos, uma profunda e radical alteração nestas matérias. Aumentou o número de achados, alterou-se a geografia, diversificou-se a cenografia, ampliou-se a cronologia, petrificaram-se e acumularam-se memórias, surgiram novas problemáticas, mantêm-se inúmeras questões. Em 2011 fez-se a síntese e o assunto foi discutido em reunião científica cujas actas tive o gosto de coordenar (VILAÇA, 2011 a).

Há muito que manifestei a minha relutância a respeito da radicalidade unilateral de algumas teses interpretativas sobre o significado e função das estelas – monumentos funerários, comemorativos, cenotáfios, marcos territoriais, etc. –, visto que os contextos de achado das mais de uma centena de estelas conhecidas são, implícita ou explicitamente, diversos (VILAÇA, 1995, p. 404; 1998 b, p. 216). Mas de um modo geral, os investigadores convergem quanto ao ponto de as encarar como monumentos de personagens heroificados ou mesmo de chefes divinizados com eventual transmissão hereditária de funções (v.g. GOMES & MONTEIRO, 1976-77, p. 329).

Na Beira Interior conhecem-se hoje onze estelas<sup>19</sup> atribuíveis à transição do II para o I milénio a.C. Estudo de conjunto encontra-se em preparação, mas gostaria aqui de destacar seis pontos.

Começo pelo ponto de vista geográfico, pois elas traduzem, paradoxalmente, reforço e transgressão de fronteiras.

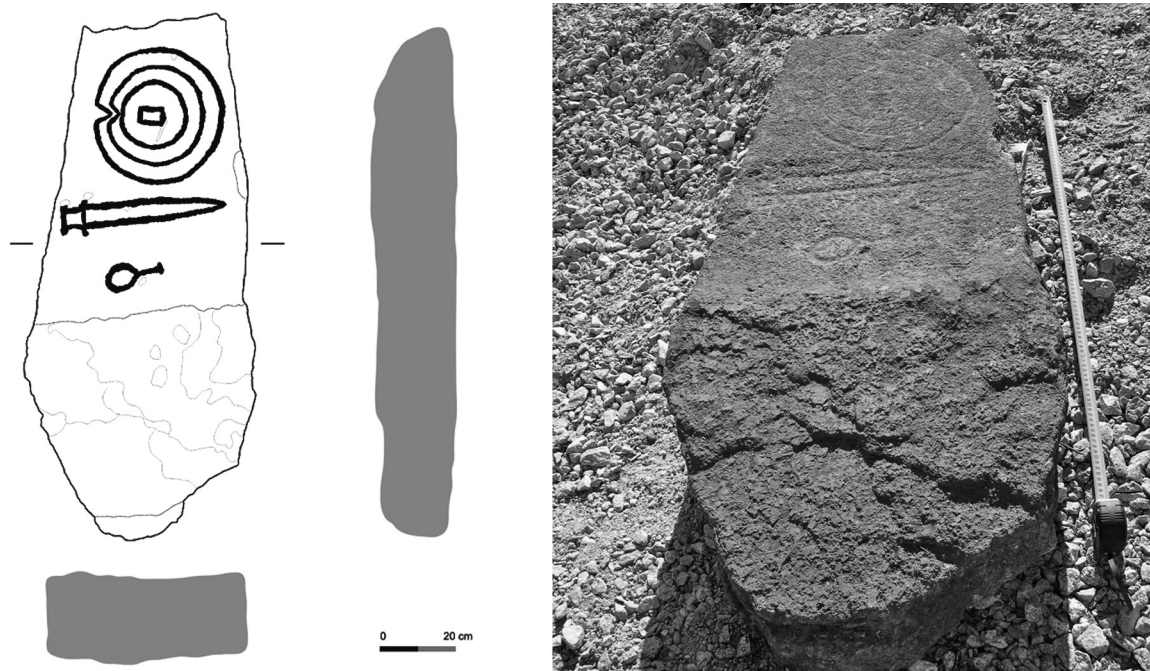
Quanto ao primeiro, é a afirmação do núcleo que Celestino Pérez designou como “Zona I”, o qual, em território espanhol igualmente se reforçou, com os achados das de Puerto de Honduras (Cáceres) (SANABRIA MARCOS, 2011) e de Robleda (Salamanca). Com efeito, a zona raiana das serras de Gata/Malcata e áreas circundantes constituem o “núcleo duro” de um expressivo conjunto de estelas, diverso, mas com inequívoca coesão quanto às que são normalmente definidas como “básicas”, portanto sem figura humana, antes com a trilogia escudo-espada-lança, a que se podem juntar outras armas (capacete), elementos de adorno e de tratamento do corpo, de Tipo I-A e Tipo I-B, na nova proposta de Sebastián Celestino Pérez (CELESTINO PÉREZ & SALGADO CARMONA, 2011).

Em recentíssima leitura, Almagro Gorbea (2012) refere-se a estas estelas como “estelas lusitanas” e já não “extremeñas”, designação que deixou cair, na linha do que tem vindo a defender, aliás como Jorge de Alarcão (2001), sobre a recuada etnogénese dos Lusitanos dentro do Bronze Final. Eis um bom exemplo do que referi logo no início deste texto sobre a forma como se define, se denomina e se elege uma região em Arqueologia. Neste caso, uma mudança de paradigma, do geográfico – a Extremadura espanhola –, para o étnico – os Lusitanos.

Mas como dizia, as onze estelas não vieram só reforçar personalidade e coerência a esta região, constituindo, também, uma transgressão de fronteiras. Se, em 1961, poderíamos afirmar, juntamente com Adriano Vasco Rodrigues (1961: 11-12), que o interesse da estela de Meimão (Penamacor) era o de “marcar o limite geográfico máximo para estes achados a Norte”, hoje ela passou para o epicentro do grupo, encontrando-se os últimos ecos no Noroeste da península, em Trás-os-Montes, como revelaram Lara Alves e Mário Reis com o estudo da estela de Tojais (Cervos, Montalegre) (ALVES & REIS, 2011) e, muito recentemente, outras duas com iconografia típica do sudoeste em Castelões (Calvão, Chaves).

---

<sup>19</sup> A possibilidade de uma outra estela ter sido encontrada na zona da Rasa, junto ao IP5 na Guarda, e, inadvertidamente, ter sido utilizada como material de construção nas fundações do muro de uma propriedade, não é de excluir, conforme informação do Eng.º Fernando Curado, a quem se agradece.



**Fig. 12** – Estela de Pedra Atalaia (Celorico da Beira) com representação de escudo, espada e espelho. Encontra-se fracturada no topo, área onde deveria encontrar-se figura de lança.

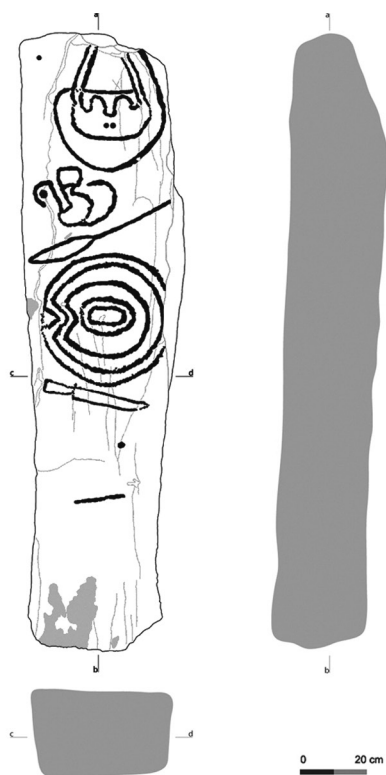
É, por conseguinte, muito significativo o achado da estela de Pedra Atalaia (Fig. 12) junto a Celorico da Beira, numa região de interface do Centro da Beira Interior com a Beira Central, e já na vertente norte da Cordilheira. Proveniente de lugar de grande impacto paisagístico, na linha de fecho da serra do Ralo, dominando directamente espaço com expressivo potencial cénico, i.e. a fértil Bacia de Celorico, igualmente lugar ancestral de circulação. Mas não só. O potencial é também relativo aos recursos naturais, uma vez que o Alto Mondego carrega consigo ricos aluviões estaníferos (THADEU, 1965), então estratégicos (VILAÇA, *et al.*, 2011). A estela de Pedra Atalaia abre caminho à identificação de novos exemplares nesta região ocidental do distrito da Guarda, pelo que é necessário estarmos atentos.

Deste modo, face a uma mancha compreendida, nesta zona da Península, à região interior de entre Douro e Tejo mas estendendo-se bem além deles, configura-se outra mais ampla, mas também mais difusa, com orientação NW-SE, conferindo peculiar estatuto cultural ao extremo mais ocidental, mas não litoral, sublinhe-se, da Península Ibérica. Esta mancha configurada pelas estelas, com forte expressividade na Beira Interior, não por acaso corresponde a uma das principais áreas de recursos metalíferos (estanho, ouro) do Ocidente peninsular (VILAÇA, 2011 a, p. 8).

De um ponto de vista estritamente iconográfico, e para além de muitos outros aspectos igualmente merecedores de atenção, mas que não é agora possível abordar, sublinharia dois.

Por um lado, e ao contrário da realidade conhecida de há meia dúzia de anos atrás, a significativa presença da representação de elementos ligados ao tratamento e imagem do corpo, como fíbulas, pentes, pinças e espelhos, antes circunscritos ao monumento de São Martinho II (Castelo Branco) (GOMES & MONTEIRO, 1976-77; VILAÇA, 2004<sup>20</sup>). Elementos de matriz mediterrânea, como estes, encontram-se materializados na região, e em outros contextos do Centro e Sul do território português, o que nos desvia da ideia de que tais elementos se resumiriam a

<sup>20</sup> Com bibliografia atualizada respeitante ao Monte de São Martinho.



**Fig. 13** – Estela de Aldeia Velha (Sabugal) com representação de capacete cónico (e simulação de face), figura de identificação duvidosa, lança, escudo e espada.

valor metafórico e não realista. A recontextualização desse mundo mais longínquo, que se insinua em simbólica relacionada com as artes de transfigurar o corpo (VILAÇA, 2009 a), é exemplo do papel que o exótico, o estrangeiro, pode desempenhar, localmente inclusive com a sua presença e estabelecimento entre os indígenas (RUIZ-GALVEZ PRIEGO, 2013, p. 310), no reforço das desigualdades sociais de que estas estelas são viva expressão.

Por outro lado, a presença constante e recorrente das armas, seja na versão clássica da trilogia escudo-espada-lança, seja também com a inclusão de outras, concretamente de capacetes, cónicos (Fig. 13), como na de Aldeia Velha (Sabugal) (VILAÇA *et al.*, 2011) e de cornos, reforça a tradição inaugurada por alguns dos monumentos mais ancestrais, onde surgem representadas pela primeira vez as armas, como Longroiva (Meda), Ataúdes (Figueira de Castelo Rodrigo) e Corgas (Fundão). Convém não esquecer que o tipo de suporte para as armas não se restringe a corpos autónomos como estelas e estátuas-menires, mas essas mesmas grafias inscreveram-se em outro tipo de suportes rupestres, como Varela Gomes bem observou a propósito do escudo e espadas da Rocha 29 e 53 do Cachão do Algarve (GOMES, 1987) e que eu fiz questão de sublinhar (VILAÇA, 1998 b, p. 208 e 214). Achados rupestres recentes, em concreto na região quase vizinha de Badajoz, como o de Arroyo Tamujoso constitui uma autêntica “estela”, conforme foi justamente observado (GALÁN, 2011, p. 279).

E, se à representação das armas, juntarmos os efectivos reais da Idade do Bronze, como as espadas de Castelo Bom (Almeida), Teixoso (Covilhã), Vilar Maior (Sabugal), esta possivelmente uma deposição de carácter ritual periférica ao povoado<sup>21</sup> (VILAÇA, 2000 b, p. 41; 2008 c), além de diversas lanças, teremos de reconhecer que a Beira Interior é das regiões mais armadas do território português em finais daquele período.

<sup>21</sup> Escavações em Vilar Maior da responsabilidade de Marcos Osório, a quem agradeço a informação, forneceram materiais da Idade do Bronze.



Com efeito, a concentração de armas no interior tinha já chamado a atenção de Philine Kalb que as explicaria por existir “um grupo de pessoas armadas assegurando o comércio do estanho por via terrestre” (KALB, 1980, p. 117). O que parece certo é a manipulação ideológica e simbólica das armas, reais e figuradas, como meio de coação, intimidação, ou de efectiva violência materializada em acções de pilhagem, de incursões na defesa da comunidade, da terra, dos gados, dos metais, dos recursos, do território e dos seus percursos, no exercício e manutenção do poder. Uma possível resposta a estas considerações deverá passar também por criteriosa e detalhada análise das armas (composição química e metalografias) e perscrutando igualmente eventuais vestígios e uso e de desgaste.

Portanto, também por estas outras situações, onde, aliás, a proximidade da água é relevante, o fenómeno das estelas não pode ser entendido de forma global e unívoca, pois o que o individualiza em termos gráficos reduz-se quase só à recorrência na gravação de certos motivos e da sua associação (VILAÇA *et al.*, 2011, p. 357).

O quarto ponto que não quero deixar de mencionar diz respeito à questão de achados conjuntos, ou em lugares de estreita proximidade, como são os casos das estelas de São Martinho (Castelo Branco) (GOMES & MONTEIRO, 1976-1977), Pedra da Atalaia (VILAÇA *et al.*, 2011) e Baraçal (Sabugal) (CURADO, 1984; SANTOS *et al.*, 2011). Essas associações poderão evocar sistemas de chefias divinizados com eventual transmissão hereditária de funções (GOMES & MONTEIRO, 1976-77, p. 329; VILAÇA, 1995, p. 404), ou configurar a existência de santuários, como foi sugerido há mais de cem anos por F. Tavares Proença tomando como referência São Martinho, hipótese também legitimada pela reconstituição virtual de um dos monólitos onde se visualizou uma figura central divina, *Oipaingia*, tutelando outras duas (ALARCÃO, 2001, p. 333-334).

Independentemente dos seus significados, é evidente que o lugar de achado de uma estela não pode ser lido da mesma forma que o lugar de achado de duas ou mais. E o lugar de achado de duas estelas contemporâneas, como parecem ser aqueles casos, não tem, obviamente, a espessura temporal do espaço das de Monte dos Zebros (Idanha-a-Nova), uma de tradição neolítica e talvez associada a mamoa (CARDOSO, 2011), outra de finais da Idade do Bronze, identificada como pertencente a um guerreiro lusitano (HENRIQUES *et al.*, 2012).

Um e outras revelam o carácter memorialista destas comunidades (VILAÇA, 2000 b, p. 39), que se articula com o quinto ponto que seleccionei, o qual nos permite afirmar que, na Beira Interior, estelas e estátuas-menires expressam um fenómeno de larga duração, digamos, com tradição, de matriz milenar, genuinamente indígena e localista. São referenciais de gerações e gerações que criaram paisagens culturais com espessura e dimensão temporal de muita profundidade, na continuidade ou na revisitação de lugares fomentadores de memória, entre a curta e a longa duração. Essa dimensão temporal, e cultural, pode reverter-se e concentrar-se numa única entidade, como sucede no conhecido menir fálico de São Martinho: nele se conjugam memórias de tempos e comunidades distintas. Certamente afeiçoado nos V-IV milénio a. C., foi reutilizado nos finais da Idade do Bronze, conforme cronologia de alguns dos elementos de prestígio aí representados na órbita do personagem central, que parece exibir tatuagens no peito (GOMES & MONTEIRO, 1976-77).

Finalmente, a última questão irá conduzir-nos ao ponto de partida, i.e. o da pertinência de um olhar dirigido aos elos de conexão das estelas e dos lugares habitados em termos de arqueologia do povoamento (VILAÇA *et al.*, 2011, p. 304). É certo que o achado de algumas, manifestamente descontextualizadas dos seus sítios de origem, não autoriza leituras muito precisas, mas parece certa a relação de proximidade, ou mesmo coincidência, de algumas com povoados, desde logo as do Monte de São Martinho, onde não deve ser descartada a existência de um santuário, como vimos antes.

Além deste caso específico, a proximidade entre outras estelas a povoados contemporâneos é uma realidade e deverá ter expressado, conjuntamente com outras evidências, inequívoca apropriação simbólica do espaço geradora de territorialidades. Esta correlação foi já assumida e comentada a propósito das estelas de Baraçal, potencialmente relacionadas com os povoados de Vila do Touro (Sabugal) e de Caria Talaia (Sabugal) (SANTOS *et al.*, 2011) e é necessário fazê-lo também agora para a estela do Telhado (Fundão).

Neste caso, como observam os autores do seu estudo<sup>22</sup>, a sua localização em pleno vale propício a pastos e cultivo, mas igualmente próxima de incontornáveis recursos estaníferos de aluvião que o Zêzere arrastava, e portanto da água também, permite valorizá-la como entidade polarizadora de todo o redor. O lugar está na linha cruzada de visão dos povoados da Argemela, do Picoto, de S. Brás e da Cabeça Gorda (VILAÇA *et al.*, 2000; SILVA, 2008) e, por isso, convidaria à reunião das comunidades em seu torno, fomentando a sociabilidade, talvez com visitas repetidas, temporalmente cíclicas, em torno e sob a égide de um símbolo de referência comum, partilhado, inclusivo, com o qual os vizinhos se reconheciam e identificavam.

Em síntese, as estelas expressam um dos mais interessantes fenómenos de permanente exibição e celebração do poder, polimorfo e polissémico, e, ao mesmo tempo, da sua manutenção e legitimação, poder esse cada vez mais pessoalizado e exercido não tanto pela força ou coerção física, mas através de outros meios de coerção ideológica, como o simbolismo guerreiro, tal como parecem testemunhar os elementos seleccionados – armas sempre omnipresentes – (VILAÇA, 1998 b), além de objectos de tratamento e transformação do corpo e da própria figura humana (implícita ou explicitamente representada).

Mas subjacente a esta linguagem individualista do poder personalizado que transparece das estelas, estaria o colectivo porque aquele não sobrevive sem este. As comunidades, os vizinhos, ao se identificarem com estas entidades pétreas e toda a sua simbólica, destituíam-nas desse cariz individualista e único. Sacralizando espaços com geografias, topografias, cenografias, visibilidades e temporalidades diversas, frequentemente em articulação, directa e imediata, ou mais laça e distante, visual, com os espaços habitados de exercício e de reprodução social, as estelas eram, num certo sentido, a própria comunidade. Por isso, a nível intra-comunitário, o poder que delas imanava significaria protecção, defesa, coesão, mas do ponto de vista supra-comunitário, ele expressaria afronta e intimidação.

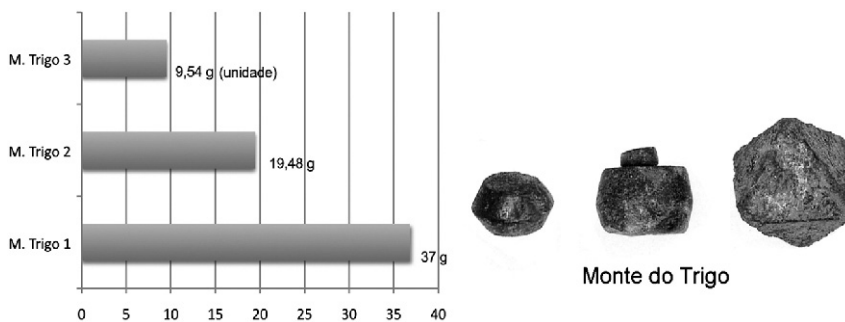
A sua distribuição na paisagem expressaria, por outro lado, a sua defesa simbólica e, por inerência, a da riqueza, que não encontramos nos povoados mas justamente disseminada no território por aqueles controlado (VILAÇA, 1998 b). Minérios e metais, estelas e estátuas-menires, lado a lado. Naquele distribuíam-se recursos críticos, como minérios e metais, e através dele configuravam-se rotas e corredores de circulação: o eixo do Tejo, verdadeira ponte entre o Atlântico e o interior (VILAÇA, 1995, p. 410; VILAÇA & ARRUDA, 2004, p. 36-37), por um lado, e outras rotas interiores, terrestres, por outro, irradiadas da Extremadura espanhola e Andaluzia, igualmente fundamentais para se compreender a atracção pelo metal das Beiras, a proximidade do Mediterrâneo e a integração cultural das comunidades que daí resultou (VILAÇA, 1995, p. 410-411; 2008 a, p. 398-399).

## 5 - UMA REGIÃO DE TRANSGRESSÕES E CON(FUSÕES) CULTURAIS

As leituras dos espaços, dos lugares, das paisagens, dos territórios e das materialidades adscritos ao Bronze Final da Beira Interior expressam também processos culturais de convergência, de cruzamento e de hibridização, entendendo-se aqui este conceito como “*the basis of a methodological approach for the analysis of transcultural encounters*” (STOCKHAMMER, 2012, p. 2).

Este tipo de fenómenos parece manifestar-se na longa duração na Beira Interior, pelo menos desde o Calcolítico (VILAÇA, 2000 a; 2005; 2008 b; 2009 b, p. 57). Para o período em discussão, esses elementos, sempre com carácter residual nos respectivos contextos, podem ter como imagens de referência uma “Beira mesetenha”, uma “Beira extremeña”, uma “Beira mediterrânea”, uma “Beira atlântica”, e que só se entendem convocando também as periferias, umas próximas, outras de mais afastada localização, com as quais se alimentaram diversos “diálogos transculturais” de distinta intensidade (VILAÇA, 2005). As cerâmicas – tipo Cogotas, tipo Carambolo, tipo Baiões

<sup>22</sup> Em fase de ultimateção, é da responsabilidade da autora juntamente com João Mendes Rosa e Joana Bizarro.



**Fig. 14** – Ponderais de Monte do Trigo (Idanha-a-Nova) e respectivos valores que tomam como padrão base de valor internacional sírio em torno de 9,3/9,4 g.

– ilustram bem essa permeabilidade, tal como alguns outros materiais que, em regra, têm sido vinculados ao mundo mediterrâneo, embora para alguns outras hipóteses sejam ponderáveis: fíbula, pinças, vidro, âmbar, ferro, ponderais, etc. (VILAÇA, 2003b; 2007 a; 2011-2012; 2013; VILAÇA *et al.*, 2002).

Dessa interacção resultou, por parte das comunidades indígenas enquanto agentes activos, um processo de apropriação transformadora, de que resultaram fenómenos de hibridização, que sistematizaria a dois níveis. Por um lado, a convivência nos mesmos contextos de elementos (artefactos, técnicas, materiais) de diferente filiação ou inspiração. Por outro, a incorporação desses mesmos elementos num único suporte, aglutinador, numa espécie de síntese de dois em um. Em ambos, o lastro é indígena e tem a assinatura das comunidades beirãs (incluindo as da Beira Central) em torno do ano 1000 a.C.

Por exemplo, técnica exógena, como o método da cera perdida, que se diz ter vindo do Mediterrâneo, mas usada com perícia em artefactos indígenas e de filiação atlântica, como os espetos articulados com decoração zoomórfica; produções e formas metalúrgicas locais que incorporam valores internacionais, como os ponderais (Fig. 14); formas exóticas com decoração indígena, como uma das taças de Baiões e certas fíbula que mimetizam motivos das cerâmicas de tipo Baiões/Santa Luzia.

Em suma, o Centro do território português, e muito em especial a área mais interior, revelaram-se como uma região assimiladora mas selectiva, beneficiadora mas também inventiva. No processo de absorção subjacente a essa dinâmica, as comunidades tornaram-se igualmente criadoras, pois, imitando, imprimiram o seu cunho cultural e, em última instância, a adopção de um novo objecto oriundo de um outro grupo, transformou-se num novo objecto porque é activa a cultura material, podendo adquirir novos significados. A praxis das comunidades beirãs não se limitou a ser receptiva ou reflexiva, mas expressou-se de forma pró-activa no quadro da rede tentacular de contactos e estímulos assimilados (ou rejeitados), de proveniência vária. O benefício das comunidades locais foi duplo, quer pela riqueza directa decorrente dos territórios com minérios que controlavam, quer porque essa riqueza, enquanto factor de cobiça, atraía forasteiros, estrangeiros, resultando, também, em novos contactos, outros conhecimentos e, portanto, mais poder. Entre a troca de produtos, as ofertas de natureza política, a hospitalidade, a exogamia, as viagens, o mundo girava e as comunidades beirãs nele se integraram. Ultrapassado o paradigma determinista das relações Oriente-Occidente / Mediterrâneo-Atlântico, também não deve ser o seu inverso a impor-se, antes o que dá voz ao papel activo das comunidades indígenas como agentes da sua própria identidade.

Pelo que se conhece, o poder destas comunidades não foi investido na construção dos espaços domésticos e fortificados nem, tão-pouco, nos funerários. Pelo contrário, expressou-se sobretudo recorrendo a artefactos de prestígio e exóticos que se exibiam nos e através dos corpos; ou se manipulavam em rituais vários, emulando códigos de comportamento simbólico supra-regional (talvez nem sempre intrinsecamente compreendidos); ou se depositavam das mais diversas formas. E reflectiu-se ainda no território, marcando-o com referenciais pétreos, em ícones, como as estelas.

Os poderes parecem ter sido disseminados, individualizados, dispersos, vulneráveis e instáveis. Por isso a competição devia ser enorme, valendo todos aqueles esforços e, porventura ainda, o recurso à afronta pelas armas,



talvez sobretudo pelo seu poder intimidador. Todas estas estratégias deverão ter servido para alcançar, manter e legitimar o poder, numa altura em que, para o possuir, ser “bem nascido” talvez fosse insuficiente. Este processo de “sobrevivência” com claros sinais de hierarquização de que as estelas são eloquente testemunho, parece, todavia, ter-se esfumado na fase seguinte, com a presença dita orientalizante, reestruturando-se o poder, marcando novas geografias, utilizando outras estratégias. Um outro paradigma de sociedade, pro-urbana politicamente centralizada, de timbre mediterrâneo, estava na forja. Como foi esse percurso na Beira Interior?

## AGRADECIMENTOS

A José Luís Madeira (Departamento de História, Arqueologia e Artes. Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra), pela ajuda no tratamento de imagens.

E um pedido de desculpa aos leitores, pela recorrente citação de trabalhos por mim escritos, só ou em colaboração, mas não tive como fugir a eles tratando-se este texto de uma síntese sobre o povoamento do Bronze Final na Beira Interior.

## REFERÊNCIAS

- ALARCÃO, J. (2001) – Novas perspectivas sobre os Lusitanos (e outros mundos), *Revista Portuguesa de Arqueologia*, Lisboa, IPA, 4 (2), p. 293-349.
- ALMAGRO GORBEA, M. (2012) – Recensão a Vilaça, R. (coord.), *Estelas e estátuas-menires: da Pré à Proto-história*, [Actas das IV Jornadas Raianas, Sabugal, 2009], *Complutum*, 23 (1), p. 221-252.
- ALVES, L.; REIS, M. (2011) – Memoriais de pedra, símbolos e identidade. Duas novas peças escultóricas de Cervos (Montalegre, Vila Real). In VILAÇA, R. (coord.), *Estelas e estátuas-menires: da Pré à Proto-história*, [Actas das IV Jornadas Raianas, Sabugal], p.187-216.
- ANTUNES, M.T. (1992) – Povoados do Bronze Final da Beira Baixa – Alegrios, Moreirinha e Monte do Frade: elementos arqueozoológicos, *Conimbriga*, XXXI, p. 31-39.
- ARRUDA, A.M.; VILAÇA, R. (2006) – O mar greco-romano antes de Gregos e Romanos: perspectivas a partir do Ocidente peninsular. In OLIVEIRA, F.; THIERCY, P.; VILAÇA, R. (coords.), *Mar Greco-Latino* [Actas do Congresso Internacional O Mar Greco-Romano], Coimbra, Imprensa da Universidade, p. 31-58.
- BERROCAL-RANGEL, L.; SILVA, A.C. (2010) – O Castro dos Ratinhos (Barragem do Alqueva, Moura), *O Arqueólogo Português*, Suplemento 6, Lisboa, Museu Nacional de Arqueologia.
- CARDOSO, J.L. (2007) – Dos depósitos metálicos da Idade do Bronze e das intenções que estiveram na sua origem (comentário a um estudo de Raquel Vilaça). In VILAÇA, R., *Depósitos de bronze do território português. Um debate em aberto*, Conimbriga Anexos 5, Universidade de Coimbra, p. 113-121.
- CARDOSO, J.L. (2011) – A estela antropomórfica de Monte dos Zebros (Idanha-a-Nova): seu enquadramento nas estelas peninsulares com diademas e “colares”. In VILAÇA, R. (coord.), *Estelas e estátuas-menires: da Pré à Proto-história*, [Actas das IV Jornadas Raianas, Sabugal], p. 89-116.
- CARDOSO, J.L., CANINAS, J.C.; HENRIQUES, F. (1997) – Duas estruturas habitacionais da Idade do Bronze do Monte de São Domingos (Castelo Branco), *Estudos Pré-históricos*, 6, [Colóquio A Pré-história na Beira Interior, Tondela], p. 325-345.

- CARDOSO, L. (1959) – Machado plano de bronze. *Conimbriga*, I, p. 122-123.
- CELESTINO PÉREZ, S.; SALGADO CARMONA, J. Á. (2011) – Nuevas metodologías para la distribución espacial de las estelas del Oeste peninsular. In VILAÇA, R. (coord.), *Estelas e estátuas-menires: da Pré à Proto-história*, [Actas das IV Jornadas Raianas, Sabugal], p. 417-448.
- CELESTINO, S., RAFEL, N.; ARMADA, L. (eds.) (2008) – *Contacto cultural entre el Mediterráneo y el Atlántico (siglos XII-VII ana). La precolonización a debate*, Madrid, CSIC.
- COFFYN, A. (1985) – *Le Bronze Final Atlantique dans la Péninsule Ibérique*, Paris, Diffusion de Boccard, Publ. Centre Pierre Paris, 11, col. Maison Pays Ibériques, 20.
- CURADO, F. P. (1984) – Uma nova estela do Bronze Final na Beira Alta, *Arqueologia*, Porto, GEAP, 9, p. 81-85.
- FARINHA, A. C.; PINTO, C. V.; VILAÇA, R. (1996) – Contributo para o estudo de materiais do Bronze Final provenientes do Monte de S. Martinho (Castelo Branco), *Materiais*, II série, ano 1, n.º 0, vol. 1, [I Jornadas de Arqueologia da Beira Interior], Castelo Branco, p. 45-64.
- FERNANDES, D. (2013) – *O castro do Cabeço da Argemela (Fundão) no seu contexto local e regional. Contributo do estudo das cerâmicas da sondagem 9*, Coimbra, Faculdade de Letras (dissertação de mestrado policopiada).
- FIGUEIREDO, E.; SILVA, R.; ARAÚJO, F.; SENNA-MARTINEZ, J. (2010 a) – Identification of ancient gilding technology and Late Bronze Age metallurgy by EDXRF, Micro-EDXRF, SEM-EDS and metallographic techniques, *Microchimica Acta* 168, p. 283-291.
- FIGUEIREDO, E.; SILVA, R.; SENNA-MARTINEZ, J.; ARAÚJO, F.; FERNANDES, M. B.; VAZ, J. I. (2010 b) – Smelting and recycling evidences from the Late Bronze Age habitat site of Baiões (Viseu, Portugal), *Journal of Archaeological Science*, 37, p. 1623-1634.
- GALÁN, E. (2011) – Nuevos hallazgos sobre viejas ideas. Una reflexión sobre las representaciones “atípicas” en las estelas del Bronce Final del Suroeste de la península Ibérica. In Vilaça, R. (coord.), *Estelas e estátuas-menires: da Pré à Proto-história*, [Actas das IV Jornadas Raianas, Sabugal], p. 271-292.
- GASPAR, J. (2001) – O retorno da paisagem à Geografia, *Finisterra*, Lisboa, XXXVI, 72, p. 83-99.
- GOMES, M. V. (1987) – Arte rupestre do Vale do Tejo. In *Arqueologia do Vale do Tejo*, Lisboa, IPPC, p. 26-43.
- GOMES, M.V. e MONTEIRO, J. P. (1976-77) – As estelas decoradas da Herdade de Pomar (Ervidel, Beja). Estudo comparado, *Setúbal Arqueológica*, II-III, p. 281-343.
- HENRIQUES, F.; BATATA, C.; CHAMBINO, M.; CANINAS, J. C.; CUNHA, P. (2011) – Mineração aurífera antiga, a céu aberto, no Centro e Sul do distrito de Castelo Branco, *Actas VI Simpósio sobre Mineração e Metalurgia Históricas no Sudoeste Europeu*, Abrantes, p. 215-246.
- HENRIQUES, F.; CHAMBINO, M.; CANINAS, J. C.; (2012) – A estela de guerreiro (lusitano) de Zebros (Idanha-a-Nova), *Sabucale*, 4, p. 25-44.
- LEIBOVICI, J. (2009) – De feu en feu. La télécommunication antique, *Archéologia*, 466, p. 34-41.
- KALB, P. (1980) – O “Bronze Atlântico” em Portugal, *Actas do Seminário de Arqueologia do Noroeste Peninsular*, Guimarães, Sociedade Martins Sarmiento, I, p. 113-131.
- MARQUES, J. N.; ALMEIDA, S.; FERREIRA, N.; VILAÇA, R. (2011-2012) – O Castro do Cabeço da Argemela (Fundão). Trabalhos desenvolvidos entre 2003 e 2009, *Eburobriga*, 7, p. 78-99.
- MELO, A. A.; ALVES, H.; ARAÚJO, M.F. (2002) – The Bronze Palstave from the Quarta Feira Copper Mine, Central Portugal. In OTTAWAY, B.S. e WAGER, E.C. (ed.), *Metals and Society* [Papers from a session held at the European Association of Archaeologists Sixth Annual Meeting in Lisbon 2000], BAR, IS, 1061, p. 109-115.

- MERIDETH, C. (1998) – *An Archaeometallurgical Survey for Ancient Tin Mines and Smelting Sites in Spain and Portugal*, BAR International Series 714.
- MONTEAGUDO, L. (1977) – *Die Beile auf der Iberischen Halbinsel*, München, Prähistorische Bronzefunde, IX, Band 6.
- MONTERO RUIZ, I. (2010) – Minería y metalurgia en la investigación prehistórica. In Montero Ruiz, I. (coord.), *Manual de Arqueometalurgia*, Madrid e Alcalá de Henares, Museo Arqueológico Regional de la Comunidad de Madrid, 55-85.
- MUHLY, J.D. (1973) – *Copper and Tin*, Hamden, Archon Books.
- NOWAKOWSKI, J. A. (2001) – Leaving home in the Cornish Bronze Age: insights into planned abandonment processes. In BRÜCK, J. (ed.), *Bronze Age Landscapes. Tradition and Transformation*, Oxford, Oxbow Books, p. 139-148.
- NUNES, J. C. e RODRIGUES, A. V. (1957) – Dos novas espadas del Bronce Final de Portugal, *Zephyrus*, VIII (2), p. 279-285.
- OSBORNE, R. (2004) – Hoards, votives, offerings: the archaeology of the dedicated object, *World Archaeology*, 36 (1), p. 1-10.
- OSÓRIO, M. (2005) – Contributos para o estudo do I milénio a. C. no Alto Côa. In *Lusitanos e Romanos no Nordeste da Lusitânia* [2.<sup>as</sup> Jornadas do Património da Beira Interior], Guarda, Centro de Estudos Ibéricos, p. 35-65.
- OSÓRIO, M. (2008) – O povoamento do I milénio a.C. na transição da Meseta para a Cova da Beira (territórios e áreas de influência), *Actas das I Jornadas de Belmonte*, Belmonte, p. 39-66.
- PARE, C. F. (ed.) (2000) – *Metals Make the World Go Round*, Oxford, Oxbow Books.
- PERESTRELO, M. S. e OSÓRIO, M. (2005) – Pré-História recente na região da Guarda – Alguns subsídios, *Côavisão. Cultura e Ciência*, 7, p. 207-231.
- PROENÇA, F. T. (1910) – *Archeologia do Districto de Castello Branco*, Leiria, Typographia Leiriense.
- RODRIGUES, A. V. (1961) – Contributo para o estudo da Idade do Bronze em Portugal. Prospecções na região de Riba Côa, *Beira Alta*, XX (1), p. 3-13.
- RUIZ-GALVEZ PRIEGO, M. (1993) – El Occidente de la Peninsula Iberica, punto de encuentro entre el Mediterraneo y el Atlantico a fines de la Edad del Bronce, *Complutum*, 4, p. 41-68.
- RUIZ-GALVEZ PRIEGO, M. (1994) – The bartered bride. Goldwork, inheritance, and agriculture in the Late Prehistory of the Iberian Peninsula, *Journal of European Archaeology*, 2 (1), p. 50-81.
- RUIZ-GALVEZ PRIEGO, M. (2013) – *Con el fenicio en los talones*, Barcelona, bellaterra arqueologia.
- SANABRIA MARCOS, P. (2011) – La estela decorada del Puerto de Honduras (Cabezuela del Valle, Cáceres). In Vilaça, R. (coord.), *Estelas e estátuas-menires: da Pré à Proto-história*, [Actas das IV Jornadas Raianas, Sabugal], p. 369-388.
- SANTOS, A. T. (2008) – O Sabugal no contexto da Pré-história da Beira Interior, *Museu do Sabugal: Coleção Arqueológica*, Pro-Raia, Sabugal, p. 11-25.
- SANTOS, A. T.; VILAÇA, R.; MARQUES, J. N. (2011) – As estelas do Baraçal, Sabugal (Beira Interior, Portugal). In VILAÇA, R. (coord.), *Estelas e estátuas-menires: da Pré à Proto-história*, [Actas das IV Jornadas Raianas, Sabugal], p. 319-342.

- SANTOS, M. J. (2010) – O cabeço das Fráguas e a concepção de espaço sagrado na *Hispania* indo-europeia, *Iberografias*, 6, p. 131-145.
- SANTOS, M. J. e SCHATTFNER, T. (2010) – O Santuário do Cabeço das Fráguas através da arqueologia, *Iberografias*, 6, p. 89-108.
- SENNA-MARTINEZ, J. C. (2010) – Um Mundo entre mundos. O grupo Baiões/Santa Luzia, sociedade, metalurgia e relações inter-regionais, *Iberografias*, 6, p. 13-26.
- SENNA-MARTINEZ, J. C.; FIGUEIREDO, E.; ARAÚJO, M. F.; SILVA, R.; VALÉRIO, P.; VAZ, J. (2011) – Metallurgy and society in Baiões/Santa Luzia culture group. In MARTINS, C.; BETTENCOURT, A.; MARTINS, J. e CARVALHO, J. (coord.), *Povoamento e Exploração de Recursos Mineiros na Europa Atlântica Ocidental*, Braga, p. 409-424.
- SILVA, A. C. F.; PARENTE, J. R.; LOBATO, M. J.; JORGE, R. (2013) – As estelas de Castelões e as representações proto-históricas do poder. *Arqueologia em Portugal 150 anos*. Lisboa: Associação dos Arqueólogos Portugueses, p. 625-632.
- SILVA, R. (2008) – *Génese e transformação da estrutura do povoamento do I milénio a.C. na Beira Interior*, Coimbra, Faculdade de Letras (tese de mestrado policopiada).
- STOCKHAMMER, Ph. (ed.) (2012) – *Conceptualizing Cultural Hybridization*, Springer, Heidelberg.
- THADEU, D. (1965) – *Carte Minière du Portugal. Notice explicative*, Lisboa, Serviços Geológicos de Portugal.
- VILAÇA, R. (1990) – Broche à rôtir articulée de Cachouça (Idanha-a-Nova, Castelo Branco, Portugal), *Bulletin de la Société Préhistorique Française*, 87(6), p. 167-169.
- VILAÇA, R. (1991) – O povoado pré-histórico dos Alegrios (Idanha-a-Nova). Notícia preliminar, *Beira Alta*, L (1-2), p. 139-167.
- VILAÇA, R. (1992) – Integração cultural dos restos faunísticos de três povoados do Bronze Final da Beira Baixa, *Conimbriga*, XXXI, p. 5-29.
- VILAÇA, R. (1993) – A ocupação neocalcolítica do Monte do Frade (Penamacor), *Actas da 3.ª Reunião do Quaternário Ibérico*, Coimbra, p. 499-511.
- VILAÇA, R. (1995) – *Aspectos do povoamento da Beira Interior (Centro e Sul) nos finais da Idade do Bronze*, 2 vols., série Trabalhos de Arqueologia, n.º 9, Lisboa, IPPAR.
- VILAÇA, R. (1997) – Uma nova leitura para o Monte do Frade (Penamacor), *Conimbriga*, 36, p. 27-44.
- VILAÇA, R. (1998 a) – Produção, consumo e circulação de bens na Beira Interior na transição do II para o I milénio a. C., *Estudos Pré-históricos*, 6, [Actas do Colóquio A Pré-história na Beira Interior], p. 347-374.
- VILAÇA, R. (1998 b) – Hierarquização e conflito no Bronze Final da Beira Interior . In Jorge, S. (ed.), *Existe uma Idade do Bronze Atlântico?* (Lisboa, 1995), Trabalhos de Arqueologia, 10, Lisboa, IPA, p. 203-217.
- VILAÇA, R. (1999) – Some comments on the archaeological heritage of the Late Bronze Age in Beira Interior, *Journal of Iberian Archaeology*, 1, p. 173-184.
- VILAÇA, R. (2000 a) – Registos e leituras da Pré-história Recente e da Proto-história Antiga da Beira Interior. *Actas do 3º Congresso de Arqueologia Peninsular*, Porto, IV, p. 161-182.
- VILAÇA, R. (2000 b) – Notas soltas sobre o património arqueológico do Bronze Final da Beira Interior. In FERREIRA, M.C. et al. (eds.), *Beira Interior. História e Património* [Actas das I Jornadas de Património da Beira Interior, Guarda], p. 31-50.

- VILAÇA, R. (2003 a) – Arqueologia (Pré e Proto-histórica) na área da Gardunha: linhas de diagnóstico e sugestões de terapia, *Estudos de Castelo Branco*, nova série, 1, p. 42-55.
- VILAÇA, R. (2003 b) – Acerca da existência de ponderais em contextos do Bronze Final / Ferro Inicial no território português, *O Arqueólogo Português*, XXI, p. 245-288.
- VILAÇA, R. (2004) – O monte de S. Martinho, Castelo Branco, na Idade do Bronze. *Arqueologia: coleções de Francisco Tavares Proença Júnior*, Castelo Branco, IPM, p. 54-61.
- VILAÇA, R. (2004 a) – O povoamento proto-histórico na periferia da Gardunha: balanço dos conhecimentos, *Eburobriga*, 1, p. 40-54.
- VILAÇA, R. (2004 b) – Ecos do Mediterrâneo no Monte de São Martinho (Castelo Branco): a propósito de um artefacto do Bronze Final, *Estudos de Castelo Branco*, nova série, 3, p. 5-18.
- VILAÇA, R. (2005) – Entre Douro e Tejo, por terras do interior: o I milénio a. C. In *Lusitanos e Romanos no Nordeste da Lusitânia*, [2.ªs Jornadas do Património da Beira Interior], Guarda, Centro de Estudos Ibéricos, p. 13-32.
- VILAÇA, R. (2006) – Artefactos de ferro em contextos do Bronze Final do território português: novos contributos e reavaliação dos dados, *Complutum*, 17, p. 81-101.
- VILAÇA, R. (2007 a) – Todos os caminhos vão ter ao Ocidente: trocas e contactos no Bronze Final, *Estudos Arqueológicos de Oeiras*, 15, p. 135-154.
- VILAÇA, R. (2007 b) – *Depósitos de Bronze do território Português. Um debate em aberto*, Conimbriga / Anexos 5, Coimbra.
- VILAÇA, R. (2007 c) – A Cachouça (Idanha-a-Nova, Castelo Branco). Construção e organização de um caso singular de inícios do I milénio AC. In JORGE, S.O. et al. (ed.), *A concepção das paisagens e dos espaços na Arqueologia da Península Ibérica*, [Actas do IV Congresso de Arqueologia Peninsular, Faro], p. 67-75.
- VILAÇA, R. (2007 d) – Considerações sobre cerâmicas pré e proto-históricas do território português, *Actas do Seminário A Produção de Cerâmica em Portugal, Histórias com Futuro*, Museu de Olaria, Câmara Municipal de Barcelos, p. 7-25.
- VILAÇA, R. (2008 a) – Reflexões em torno da presença mediterrânea no Centro do território português, na charneira do Bronze para o Ferro. In CELESTINO PÉREZ et al. (eds.), *Contacto cultural entre el Mediterráneo y el Atlántico (siglos XII-VIII a.n.e.): la precolonización a debate*, Madrid, CSIC, p. 371-400.
- VILAÇA, R. (2008 b) – The Chalcolithic in Beira Interior (Central Portugal): data and problems. In BUENORAMÍREZ, P. et al. (ed.), *Graphical Markers and Megalith Builders in the International Tagus, Iberian Peninsula*, BAR International Series 1765, p. 157-170.
- VILAÇA, R. (2008 c) – A Proto-história no concelho do Sabugal. In *Museu do Sabugal: Coleção Arqueológica*, Sabugal, Ed. Pró-Raia, p. 39-51.
- VILAÇA, R. (2009 a) – Sobre rituais do corpo em finais do II-inícios do I milénios a.C.: do espaço europeu ao território português, *Estudos Arqueológicos de Oeiras*, 17, p. 489-511.
- VILAÇA, R. (2009 b) – *Através das Beiras – Pré-história e Proto-história*, Coimbra, Palimage editor.
- VILAÇA, R. (coord.) (2011a) – *Estelas e estátuas-menires: da Pré à Proto-história*, [Actas das IV Jornadas Raianas, Sabugal], Sabugal+, EM/CEAUCP/Instituto de Arqueologia da FLUC.
- VILAÇA, R. (2011 b) – Ponderais do Bronze Final-Ferro Inicial do Ocidente peninsular: novos dados e questões em aberto. In García-Bellido, M.P.; Callegarin, L.; Jiménez Díez, A. (eds.), *Barter, Money and Coinage in the Ancient Mediterranean (10<sup>th</sup>-1<sup>st</sup> centuries BC)*, Anejos de AEspA LVIII, CSIC, p. 139-167.



- VILAÇA, R. (2011-2012) – Late Bronze Age: Mediterranean impacts in the Western End of the Iberian Peninsula (actions and reactions). In AUBET, E. e PAU, S. (coord.), *Interacción Social y Comercio en la Antesala del Colonialismo: Los Metales como Protagonistas*, Actas del Seminario Internacional, *Cuadernos de Arqueología Mediterránea*, Universidad Pompeu Fabra de Barcelona, 21, p. 13-30.
- VILAÇA, R. (2012) – Monsanto da Beira (Monsanto, Idanha-a-Nova). In ALARCÃO, J. e BARROCA, J. (coord. geral), *Dicionário de Arqueologia Portuguesa*, Porto, Figueirinhas, p. 236.
- VILAÇA, R. (2013) – L'arrivée des premiers fers dans l'Occident atlantique, *Dossier les transferts de technologie au premier millénaire av. j.-c.*, Mélanges de la Casa de Velázquez, Nouvelle série, 43 (1), p. 39-64.
- VILAÇA, R. (no prelo a) – Da morte e seus rituais em finais da Idade do Bronze no Centro de Portugal: 20 anos de investigação, *Estudos Pré-históricos*, 17, 2012.
- VILAÇA, R. (no prelo b) – Faces of Death: From Bronze to Iron Age, between North and South Portuguese Territory. In CRUZ, A.; GRAÇA, A.; CANINAS, J.; BATATA, C.; BUENO RAMIREZ, P.; CERRILO CUENCA, E. (eds.), *Rendering Death. Ideological and archaeological speeches from recent Prehistory (Portugal)*, BAR.
- VILAÇA, R.; SANTOS, A.; PORFÍRIO, E.; MARQUES, J.; CANAS, N. (1998) – Lugares e Caminhos no Mundo Pré-romano da Beira Interior, *Cadernos de Geografia*, 17, p. 35-42.
- VILAÇA, R.; CRUZ, D.J. (1999) – Práticas funerárias e cultuais dos finais da Idade do Bronze na Beira Alta, *Arqueologia*, 24, Porto, p. 73-99.
- VILAÇA, R.; BASÍLIO, L. (2000) – Contributo para a caracterização arqueológica da I Idade do Ferro da Beira Interior: cerâmicas a torno da Cachouça (Idanha-a-Nova), *Al-madan*, II série, 9, Almada, p. 39-47.
- VILAÇA, R.; SANTOS, A.T.; PORFÍRIO, E.; MARQUES, J.N.; CORREIA, M.; CANAS, N. (2000) – O povoamento do I milénio a. C. na área do concelho do Fundão: pistas de aproximação ao seu conhecimento, *Estudos Pré-históricos*, 8, p. 187-219.
- VILAÇA, R.; BECK, C.; STOUT, E. (2002) – Provenience analysis of prehistoric amber artefacts in Portugal, *Madrider Mitteilungen*, 43, p. 61-78.
- VILAÇA, R.; MONTERO RUIZ, I.; RIBEIRO, C.; SILVA, R.; ALMEIDA, S. (2002-2003) – Tapada das Argolas (Capinha, Fundão): novos contributos para a sua caracterização, *Estudos Pré-históricos*, 10-11, p. 175-197.
- VILAÇA, R.; ARRUDA, A.M. (2004) – Ao longo do Tejo, do Bronze ao Ferro, *Conimbriga*, XLIII, p. 11-45.
- VILAÇA, R.; OSÓRIO, M.; FERREIRA, M.C. (2004 a) – Nem tudo o que parece é. Um caso de etnoarqueologia na Serra Gorda (Águas Belas, Sabugal), *Norba, Revista de Historia*, 17, Cáceres, p. 137-156.
- VILAÇA, R.; SMITH, W.; SANTOS, E. (2004 b) – Plant impressions in Late Bronze/Early Iron Age pottery from Beira Interior (Portugal), *Journal of Iberian Archaeology*, 6, Porto, p. 181-208.
- VILAÇA, R., ALMEIDA, S., BOTTAINI, C., MARQUES, J.N., MONTERO-RUIZ, I. (2011 a) – Metalurgia do Castro do Cabeço da Argemela (Fundão): formas, conteúdos, produções e contextos. In Martins, C.; Bettencourt, A.; Martins, J. e Carvalho, J. (coord.), *Povoamento e Exploração de Recursos Mineiros na Europa Atlântica Ocidental*, Braga, p. 427-451.
- VILAÇA, R.; SANTOS, A.T.; GOMES, S.M. (2011 b) – As estelas de Pedra da Atalaia (Celorico da Beira, Guarda) no seu contexto geo-arqueológico. In Vilaça, R. (coord.), *Estelas e estátuas-menires: da Pré à Proto-história*, [Actas das IV Jornadas Raianas, Sabugal], p. 293-318.
- VILAÇA, R. e ROSA, J.M. (no prelo) – Depósito metálico na Ribeira da Gardunha, Castelejo, Fundão, *Eburobriga*, 8, 2013.